DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

BRASILIA, segunda-feira, 7 de maio de 1979

ANO III — Nº 84

ATOS DO GOVERNADOR
DECRETOS

DECRETO N.o 4.643 DE 02 DE MAIO DE 1979

Homologa o novo Estatuto da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, tendo em vista o que consta do Processo nº 411 251/79-FHDF e a aprovação do Ministério Público, nos termos do artigo 1203 do Código de Processo Civil,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica homologado o novo Estatuto da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, que a este acompanha.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Distrito Federal, 02 de maio de 1979
91º da República e 20º de Brasília

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

JOFRAN FREJAT

ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE

R E S O L U Ç Ã O Nº 07 de 20/04/79

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, em sua 244ª Sessão Extraordinária, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "o" do Artigo 14 do Estatuto da Entidade,

R E S O L V E :

aprovar, conforme redação anexa, o novo Estatuto da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, objeto do Processo nº 411.251/79-FHDF.

Brasília, 20 de abril de 1979.

Jofran Frejat

Hurandir Mesquita Motta

Newton Ruben Sholl Serpa

Isauro Carneiro Filho

Olympio Bandeira da Silva Cascaes

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL.

- TÍTULO I -

Da Instituição e Finalidade

Art. 1º - A Fundação Hospitalar do Distrito Federal, neste Estatuto designada por "FUNDAÇÃO", é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, instituida pela então Prefeitura do Distrito Federal por escritura pública de 2 de julho de 1960, lavrada nas Notas do 2º Tabelionato de Luziânia, Estado de Goiás, Livro nº 53, Folhas 6v/7v, com sede e foro no Distrito Federal e duração ilimitada.

Art. 2º - A Fundação, entidade vinculada à Secretaria de Saúde do Distrito Federal, sujeita à sua supervisão e controle, na forma da legislação em vigor, tem por finalidade a execução do programa de saúde elaborado pela Secretaria e a prestação de assistência médico-hospitalar, remunerada ou não, à população.

Art. 3º - Para realizar os seus fins a Fundação organizará e manterá na área do Distrito Federal, unidades executivas de saúde e de ensino especializado.

- TÍTULO II -

Do Patrimônio e da Receita

Art. 4º - Constituem patrimônio da Fundação:

a) - os bens e direitos com que foi instituida e os que venha a adquirir;
b) - os bens e direitos que a ela venham a ser incorporados pelos poderes públicos; e
c) - os legados, doações e heranças que lhe foram ou venham a ser destinados.

Art. 5º - Constituem receita da Fundação:

a) - as rendas provenientes da remuneração de seus serviços;
b) - as rendas de seu patrimônio;
c) - as rendas provenientes de títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade;
d) - as dotações orçamentárias, subvenções e auxílios da União e do Governo do Distrito Federal;
e) - os donativos e contribuições em geral; e
f) - os juros e outras receitas eventuais.

- TÍTULO III -

Dos Órgãos e suas Finalidades

Art. 6º - São órgãos da Fundação:

I - Conselho Deliberativo

MATERIAS PARA PUBLICAÇÃO

A entrega de matérias para publicação no "Diário Oficial" será feita na Divisão de Divulgação da SEA, 6° andar do Anexo I do Palácio do Buriti, de 08:00 às 15:00 horas, sem interrupção.

ASSINATURAS

As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

— As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.

— Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.

— As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de janeiro de cada ano.

— Os suplementos às edições só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.

— Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

GDF
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

Orgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal Editado pela Divisão de Divulgação da SEA.

EXPEDIENTE

DIRETOR
ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:
Anexo I do Palácio do Buriti - 6° andar

Composição e impressão nas oficinas do "Jornal de Brasília"

TELEFONES:

REDAÇÃO: Direto: 225-7803
PABX - 225-6830 - Ramal 312

OFICINAS - Direto . 226-4357
PABX - 225-2515 Ramal 27

ASSINATURAS
REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Anual ..... Cr$500,00
Semestral ..... Cr$250,00

FUNCIONÁRIOS

Anual ..... Cr$380,00
Semestral ..... Cr$190,00

OBSERVAÇÃO

Para remessa através da ECT, o valor da assinatura será acrescido da taxa respectiva

MATÉRIA PAGA

Por centímetro de coluna.

Orgãos Governamentais (GDF) ..... Cr$8,00
Particulares ..... Cr$12,50

NÚMERO AVULSO

O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.

O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

II - Conselho Fiscal
III - Presidência
IV - Diretoria Executiva
V - Unidades Executivas de Saúde e de Ensino Especializado.

- CAPÍTULO I -

Do Conselho Deliberativo

Art. 7º - O Conselho Deliberativo será composto dos seguintes membros efetivos:

I - O Secretário de Saúde do Distrito Federal, como Presidente nato da Fundação Hospitalar do Distrito Federal e do Conselho Deliberativo.

II - Seis membros designados pelo Governador do Distrito Federal e escolhidos entre pessoas de notória competencia no campo da Administração ou da Saúde, residentes no Distrito Federal, podendo ser um deles servidor da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

§ 1º - Haverá seis suplentes dos membros designados na forma do inciso II deste artigo, escolhidos com observância de iguais requisitos.

§ 2º - Ao Curador de Resíduos é assegurada a assistência às reuniões do Conselho Deliberativo, com direito à discussão das matérias em pauta, nas mesmas condições em que tal direito se reconhecer aos demais Conselheiros.

Art. 8º - O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente até 4 (quatro) vezes por mês e extraordinariamente, quantas se fizer necessário, desde que convocado pelo Presidente ou por 2 (dois) terços de seus membros mediante requerimento ao Presidente.

Art. 9º - É exigido o "quorum" mínimo de 4 (quatro) membros além do Presidente, para funcionamento do Conselho Deliberativo e suas decisões serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 10 - Em seus eventuais impedimentos o Presidente será substituído pelo Conselheiro mais antigo, entre os designados na forma do artigo 7º, inciso II, e havendo coincidência de antiguidade, pelo mais idoso deles.

Art. 11 - Das reuniões do Conselho Deliberativo lavrar-se-ão, em livro próprio, encadernado, numerado e rubricado pelo Presidente, atas que serão assinadas pelos Membros presentes.

Parágrafo Único - As deliberações do Conselho denominar-se-ão "Resoluções" quando versarem sobre matéria normativa e "Decisões" nos demais casos, serão assinadas pelos Conselheiros presentes, numeradas em ordem cronológica e publicadas no Boletim de Serviço da Fundação, e no órgão oficial da Imprensa do Governo do Distrito Federal.

Art. 12 - O mandato dos membros do Conselho Deliberativo, à exceção do membro nato será de 3 (três) anos, permitida a recondução.

§ 1º - O não comparecimento injustificado a 3 (três) sessões consecutivas ou 6 (seis) interpoladas, implicará na extinção do mandato do membro faltoso.

§ 2º - O prazo para justificação de ausência é de 10 (dez) dias a contar da data do não comparecimento.

Art. 13 - Os membros do Conselho Deliberativo perceberão, por sessão a que comparecerem efetivamente, a gratificação de presença, fixada de acordo com a legislação própria.

Art. 14 - Compete, especificamente, ao Conselho Deliberativo, após apreciação:

a) - Aprovar os Programas de Trabalho e as Propostas Orçamentárias, bem como suas alterações;
b) - aprovar o Regimento Interno da Fundação e dos órgãos que a integram;
c) - aprovar o Regulamento do Pessoal e as Tabelas de Empregos Permanentes e de Empregos em Comissão;
d) - aprovar as normas para concursos públicos e respectivos editais;
e) - aprovar normas de concessão de bolsas de estudo e respectivos valores;
f) - aprovar normas relativas a licitações para compras, obras, serviços e alienações e os respectivos editais;
g) - homologar os resultados das concorrências;
h) - autorizar a abertura de créditos adicionais;
i) - autorizar o Presidente a efetuar operações de crédito, alienar, onerar, permutar, alugar e adquirir imóveis;
j) - autorizar o Presidente a firmar convênios e contratos, excetuados os relativos a pessoal, bem como os referentes à aquisição de material e a realização de obras, até o limite de Tomada de Preços e a prestação de serviços, até o limite de Convite;
l) - aprovar a criação de fundos de reserva e especiais, bem como suas aplicações;

m) - decidir sobre aceitação de legados, doações e heranças destinados à Fundação;

n) - aprovar os balancetes, balanços e respectivos relatórios que lhe devam ser submetidos pelo Presidente com parecer do Conselho Fiscal;

o) - pronunciar-se sobre as reformas estatutárias propostas por qualquer de seus membros;

p) - julgar os recursos interpostos a atos do Presidente;

q) - representar ao Governador do Distrito Federal contra quaisquer atos considerados lesivos ao interesse público ou contrários aos fins da Fundação;

r) - pronunciar-se sobre outros assuntos que lhe forem submetidos pelo Presidente;

s) - aprovar as Tabelas de remuneração dos serviços prestados pela Fundação;

t) - Pronunciar-se, na forma do artigo 38, sobre a extinção da Fundação;

u) - autorizar o Presidente a proceder a alienaçao ou doação de material considerado inservível ou obsoleto; e

v) - resolver os casos omissos no presente Estatuto

- CAPÍTULO II -

Do Conselho Fiscal

Art. 15 - O Conselho Fiscal é constituído de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, todos estranhos aos quadros da Fundação, designados pelo Governador do Distrito Federal e escolhidos preferencialmente entre pessoas de reconhecida competência no campo da fiscalização contábil.

Parágrafo Único - Os membros suplentes serão convocados na forma do respectivo Regimento.

Art. 16 - O Conselho Fiscal sera presidido por um dos seus membros, eleito por seus pares, e funcionará de acordo com o Regimento de sua proposição, aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Art. 17 - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente 02 (duas) vezes por mês e extraordinariamente quantas se fizer necessário desde que convocado pelo seu Presidente ou pelo Presidente da Fundação.

Parágrafo Único - Das reuniões do Conselho lavrar-se-ão, em livro próprio, encadernado, numerado e rubricado pelo Presidente, atas que serão assinadas pelos membros presentes.

Art. 18 - Os membros do Conselho Fiscal perceberão, por sessão a que comparecerem efetivamente, a gratificação de presença, fixada de acordo com a legislação própria.

Art. 19 - Ao Conselho Fiscal compete:

a) - Apreciar os balancetes e os relatórios mensais do Presidente da Fundação, em seus aspectos contábeis e financeiros;

b) - emitir parecer sobre as prestações de contas e os aspectos patrimonial e econômico-financeiro do relatório anual;

c) - comunicar ao Conselho Deliberativo quaisquer irregularidades que verificar nas contas e na gestão financeira da Fundação, sugerindo as medidas que julgar necessárias para sua correção; e

d) - opinar sobre assuntos de contabilidade e administração financeira e outros de interesse da economia da Fundação, que lhe sejam submetidos pelo Presidente da Fundação ou pelo Conselho Deliberativo

Parágrafo Único - Para cumprimento de suas competências, o Conselho Fiscal poderá requisitar e examinar, em qualquer tempo, a escrituração e os documentos relacionados com a administração orçamentária e financeira da Fundação, bem como realizar as diligências que julgar necessárias.

Art. 20 - A apreciação das contas anuais e dos balancetes mensais com respectivos relatórios será feita em parecer assinado pelos 3 (três) membros do Conselho Fiscal, encaminhando-se cópia do mesmo e da ata da reunião em que se fez a apreciação, ao Conselho Deliberativo.

- CAPÍTULO III

Da Presidência

Art. 21 - A Presidência da Fundação será exercida pelo Secretário de Saúde do Distrito Federal.

Art. 22 - O Presidente será auxiliado diretamente pelo Diretor-Executivo.

Art. 23 - Ao Presidente da Fundação, além das atribuições que lhe forem fixadas pelo Conselho Deliberativo, compete:

a) - Representar a Fundação em Juízo e fora dele;

b) - zelar pela observância das disposições legais e estatutárias em vigor, cumprindo e fazendo cumprir as Resoluções e Decisões do Conselho Deliberativo;

c) - prover os cargos e funções previstos nas Tabelas de Empregos Permanentes e de Empregos em Comissão, de acordo com a legislação específica;

d) - contratar, designar, demitir, dispensar, promover e transferir pessoal de qualquer categoria e praticar por si ou por delegaçao de competência demais atos relativos a pessoal;

e) - propor a requisição de servidores;

f) - autorizar transferencia de dotações orçamentárias, de acordo com decisão expressa do Conselho Deliberativo;

g) - solicitar ao Conselho Deliberativo a abertura de créditos adicionais;

h) - apresentar ao Conselho Deliberativo, mensalmente, os balancetes acompanhados de relatórios e, anualmente, as contas, balanço e relatório da Administração, ouvido previamente o Conselho Fiscal;

i) - homologar os resultados de Tomadas de Preços e Convites;

j) - convocar o Conselho Fiscal para apreciação de assuntos urgentes e inadiáveis, de sua competência específica;

l) - submeter à aprovação do Conselho Deliberativo o Regulamento do Pessoal e as Tabelas de Empregos Permanentes e de Empregos em Comissão;

m) - autorizar a abertura de concursos públicos para seleção de pessoal e homologar os seus resultados;

n) - submeter à apreciação do Conselho Deliberativo outros assuntos de interesse da Fundação;

o) - propor ao Conselho Deliberativo a extinção da Fundação, nas hipóteses previstas no artigo 38;

p) - movimentar, juntamente com um dos Diretores, os recursos financeiros da Entidade; e

q) - delegar competência.

- CAPÍTULO IV -

Da Diretoria-Executiva

Art. 24 - A Diretoria Executiva tem por finalidade promover a realização dos fins da entidade, executando os planos, programas e orçamento da Fundação.

Art. 25 - Compete, privativamente, ao Diretor Executivo:

a) - Dirigir e coordenar executivamente as atividades técnico-administrativas da Fundação;

b) - solicitar ao Presidente a abertura de créditos adicionais e reformulações orçamentárias;

c) - submeter, mensalmente, ao Conselho Deliberativo, através do Presidente da Fundação, balancetes orçamentário, financeiro e patrimonial, acompanhados de quadros comparativos de receitas e despesas;

d) - solicitar à Presidência a convocação do Conselho Fiscal para apreciação de assuntos urgentes e inadiáveis da competência daquele Conselho;

e) - outras atividades técnicas ou administrativas que lhe forem delegadas pelo Presidente da Fundação;

f) - apresentar, anualmente, ao Conselho Deliberativo, através do Presidente, relatório das atividades da Fundação; e

g) - substituir o Presidente da entidade, em seus impedimentos eventuais.

Art. 26 - A estrutura da Diretoria Executiva será fixada em Regimento aprovado pelo Conselho Deliberativo que estabelecerá a finalidade e competência das Unidades a ela subordinadas.

Art. 27 - A remuneração do Diretor-Executivo, não poderá ultrapassar a 90% (noventa por cento) da importância correspondente aos vencimentos e representação do Secretário de Saúde do Governo do Distrito Federal.

Art. 28 - O Diretor-Executivo será auxiliado por Diretores, cujo número e atribuições serão definidos no Regimento da Fundação.

- CAPÍTULO V -

Das Unidades Executivas de Saúde e de Ensino Especializado

Art. 29 - As Unidades Executivas de Saúde e de Ensino Especializado, subordinadas à Diretoria Executiva, têm por finalidade executar as atividades fins da Fundação, formar e aperfeiçoar o pessoal necessário.

Art. 30 - A estrutura das Unidades Executivas de Saúde e de Ensino Especializado será fixada em regimento próprio aprovado pelo Conselho Deliberativo.

- TÍTULO IV -

Do Regimento Financeiro

Art. 31 - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 32 - O Presidente apresentará, em prazo hábil, ao Conselho Deliberativo, o Programa de Trabalho e a respectiva Proposta Orçamentária.

§ 1º - O Conselho Deliberativo decidirá no prazo de 15 (quinze) dias sobre o Programa de Trabalho e a Proposta Orçamentária, contados a partir da data de sua apresentação.

§ 2º - Esgotado o prazo fixado no parágrafo anterior, sem manifestação do Conselho Deliberativo, vigorará a proposta apresentada pelo Presidente.

Art. 33 - Para a realização de Projetos cuja execução possa exceder a um exercício, as despesas previstas serão aprovadas globalmente, consignando-se, nos orçamentos seguintes, as respectivas dotações.

Art. 34 - Os resultados do exercício serão lançados no Fundo Patrimonial ou em Fundos de Reserva ou Especiais, de acordo com decisão do Conselho Deliberativo.

Art. 35 - Durante o exercício financeiro poderão ser abertos créditos adicionais, desde que as necessidades da Fundação o exijam e haja recursos disponíveis.

Art. 36 - A prestação anual de contas, com parecer do Conselho Fiscal e acompanhada do Relatório do Presidente, depois de aprovada pelo Conselho Deliberativo, será publicada no Boletim de Serviço da Fundação, no órgão oficial de imprensa do Governo do Distrito Federal e encaminhada aos órgãos competentes.

Parágrafo Único - A prestação de Contas de que trata este artigo deverá conter, entre outros, os seguintes elementos:

a) - Balanço Patrimonial;

b) - Balanço Econômico;

c) - Balanço Financeiro; e

d) - Quadros comparativos entre a receita prevista e a receita arrecadada, bem como entre a despesa fixada e a despesa realizada.

- TÍTULO V -

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 37 - Desde que não se contrariem os fins da Fundação, o presente Estatuto poderá ser alterado pelo Conselho Deliberativo, por maioria absoluta, após aprovação do Ministério Público, mediante Decreto do Governador do Distrito Federal.

Art. 38 - A Fundação extinguir-se-á pela impossibilidade de sua manutenção ou pela inexequibilidade de suas finalidades, por decreto do Governador do Distrito Federal, mediante proposta do Presidente, previamente aprovada por maioria absoluta de votos dos membros do Conselho Deliberativo, reunido em 2 (duas) sessões, especialmente convocados para aprovação da matéria, com intervalo mínimo de 15 (quinze) dias.

Parágrafo Único - Na hipótese de extinção da Fundação seu patrimônio incorporar-se-á ao do Distrito Federal.

Art. 39 - A Fundação terá quadro de pessoal próprio, regido pela legislação trabalhista e demais disposições legais ou regulamentares.

Art. 40 - Dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados da entrada em vigor do presente Estatuto, o Presidente submeterá ao Conselho Deliberativo, o Projeto do novo Regimento da Fundação.

§ 1º - O Conselho Deliberativo apreciará o novo Regimento no prazo de 30 (trinta) dias, submetendo-o ao Governador do Distrito Federal por intermédio do Secretário de Saúde.

§ 2º - Enquanto o novo Regimento da Fundação não for aprovado por ato do Governador do Distrito Federal, continuará em vigor o atual Regimento naquilo que não contrariar o presente Estatuto.

Art. 41 - Os mandatos dos atuais membros do Conselho Deliberativo da Fundação Hospitalar do Distrito Federal se extinguirão na data da publicação do presente Estatuto.

Art. 42 - O presente Estatuto, homologado pelo Governador do Distrito Federal, substitui no seu todo o anterior, e entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 43 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de abril de 1979.

Joíran Frejat

Hurandir Mesquita Motta

Newton Ruben Sholl Serpa

Isauro Carneiro Filho

Olympio Bandeira da Silva Cascaes

DECRETO DE 04 DE MAIO DE 1979

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, do artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

EXONERAR a servidora REGINA LÚCIA PINHEIRO BRAGA, matrícula nº 8.204, do Cargo em Comissão, DAS 102.2, de Assessor do Gabinete Civil do Governador do Distrito Federal, por ter sido nomeada para exercer outro cargo.

Distrito Federal, 04 de maio de 1979

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 04 DE MAIO DE 1979

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

DESIGNAR RODOLFO FRANCA STUCKERT, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC-01, de Chefe do Serviço de Documentação Fotocinematográfica, da Coordenação do Sistema de Comunicação Social, do Gabinete do Governador do Distrito Federal.

Distrito Federal, 04 de maio de 1979

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 04 DE MAIO DE 1979

O GOVERNADOR DO DISTRITO DEFERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, do artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

DISPENSAR WALCYR BARBOSA TAVARES, matrícula nº 6.633, da Função de Confiança, Código LT-DAS-102.2, de Assessor do Gabinete Civil do Governador do Distrito Federal.

Distrito Federal, 04 de maio de 1979

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 04 DE MAIO DE 1979

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, do artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

NOMEAR a servidora REGINA LÚCIA PINHEIRO BRAGA, matrícula nº 8.204, para exercer o Cargo em Comissão, DAS-102.1, de Assessor do Gabinete Civil do Governador do Distrito Federal.

Distrito Federal, 04 de maio de 1979

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 04 DE MAIO DE 1979

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 20, da Lei nº . 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

DISPENSAR Humberto de Oliveira Pradera, da Função em Comissão, símbolo FC-01, de Chefe do Serviço de Documentação Fotocinematográfica, da Coordenação do Sistema de Comunicação Social, do Gabinete do Governador do Distrito Federal.

Distrito Federal, 04 de maio de 1979.

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

Secretaria de Administração

DECRETO DE 30 DE ABRIL DE 1979

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

DESIGNAR JOSÉ PIRES DE AGUIAR NETO, Coordenador, Código LT-DAS-101.2, da Coordenação do Sistema de Transportes Internos, matrícula nº 18.359, para exercer a Função de Membro da Comissão de Licitação da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Brasília, 30 de abril de 1979

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

DECRETO DE 02 DE MAIO DE 1979

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

DESIGNAR VALDECY FERREIRA LIMA, Agente Administrativo, Classe B, Código SA-401.3, matrícula nº 9.658, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-5, de Chefe da Seção de Seleção e Preparo, da Divisão de Arquivo Central, da Coordenação do Sistema de Documentação e Comunicação Administrativa, da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Brasília, 02 de maio de 1979

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

DECRETO DE 02 DE MAIO DE 1979

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960, da Coordenação do Sistema de Documentação e Comunicação Administrativa, da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

RESOLVE:

DISPENSAR, a pedido, NELSON GRADIL CARDOSO, Agente Administrativo, Classe C, Código SA-401.4, matrícula nº 4.540, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-4, de Assistente da Divisão de Arquivo Central, da Coordenação do Sistema de Documentação e Comunicação Administrativa, da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Brasília, 02 de maio de 1979

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

DECRETO DE 02 DE MAIO DE 1979

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

NOMEAR ELADIR DE FARIA, Bibliotecário, Classe B, Código NS-723.4, matrícula nº 6225, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exeter o Cargo em Comissão de Diretor, Código DAS-101.1, da Divisão de Documentação, da Coordenação do Sistema de Documentação e Comunicação Administrativa, da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Brasília, 02 de maio de 1979

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

DECRETO DE 02 DE MAIO DE 1979

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

DESIGNAR RODOLPHO LOBATO PEREIRA, Agente Administrativo, Classe B, Código SA-401.3, matrícula nº 14.999, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-5, de Chefe da Seção de Microfilmagem, Processamento e Inspeção, da Divisão de Arquivo Central, da Coordenação do Sistema de Documentação e Comunicação Administrativa, da Secretaria de Adminstração do Distrito Federal.

Brasília, 02 de maio de 1979

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

DECRETO DE 02 DE MAIO DE 1979

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

DISPENSAR MARIA STELLA DE ANDRADE MACKAY DUBUGRAS, matrícula nº 18.122, da Função de Confiança de Diretor, Código LT-DAS-101.1, da Divisão de Documentação, da Coordenação do Sistema de Documentação e Comunicação Administrativa, da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Brasília, 02 de maio de 1979

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

DECRETO DE 02 DE MAIO DE 1979

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

DESIGNAR EDSON CARNEIRO DA CUNHA FILHO, Agente Administrativo, Classe C, Código SA-401.4, matrícula nº 15.093, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-4, de Assistente da Divisão de Arquivo Central, da Coordenação do Sistema de Documentação e Comunicação Administrativa, da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Brasília, 02 de maio de 1979

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

DECRETO DE 02 DE MAIO DE 1979

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

DISPENSAR, por ter sido designado para exercer outra função, VALDECY FERREIRA LIMA, Agente Administrativo, Classe B, Código SA-401.3, matrícula nº 9.658, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-6, de Assistente da Divisão de Comunicação Administrativa, da Coordenação do Sistema de Documentação e Comunicação Administrativa, da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Brasília, 02 de maio de 1979

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

DECRETO DE 02 DE MAIO DE 1979

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

DISPENSAR, por ter sido designado para exercer outra função, EDSON CARNEIRO DA CUNHA FILHO, Agente Administrativo, Classe C, Código SA-401.4, matrícula nº 15.093, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-5, de Chefe da Seção de Microfilmagem, Processamento e Inspeção, da Divisão de Arquivo Central, da Coordenação do Sistema de Documentação e Comunicação Administrativa, da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Brasília, 02 de maio de 1979

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

Secretaria de Serviços Públicos

DECRETO DE 03 DE MAIO DE 1979

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

DISPENSAR JOÃO CRISTOFIDIS, matrícula nº 19.296, da Função de Confiança de Assessor, Código LT-DAS-102.1, do Departamento de Concessões e Permissões, da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal.

Brasília, 03 de maio de 1979

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

JOSÉ GERALDO MACIEL

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

DECRETO DE 26 DE ABRIL DE 1979

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

DISPENSAR, a pedido, BEATRIZ MARIA RODE

GUIMARAES, matrícula nº 19.357, da Função em Comissão de Chefe, Símbolo FC-05, da Seção de Cadastro, da Divisão de Cadastro Central, do Departamento de Serviços Públicos, da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal.

Brasília, 26 de abril de 1979

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

JOSÉ GERALDO MACIEL

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

Secretaria de Agricultura e Produção

DECRETO DE 07 DE MAIO DE 1979

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 20, da Lei nº .3 751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, SILVIO GUILHERME BELTRÃO BRECKENFELD, Médico Veterinário, Classe "C", Código NS 707.7, matrícula nº 01.818, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, do Cargo em Comissão de Diretor, Código DAS-101.1, da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal da Secretaria de Agricultura e Produção do Distrito Federal.

Brasília, 07 de maio de 1979.

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

ALCEU SANCHES

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

DECRETO DE 07 DE MAIO DE 1979

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 20, da Lei nº .3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

DESIGNAR MARIA AUXILIADORA DE SOUZA LEÃO GUANABARINO, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-08, de Oficial de Gabinete da Secretaria de Agricultura e Produção do Distrito Federal.

Brasília, 07 de maio de 1979.

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

ALCEU SANCHES

JOSÉ ANTÔNIO AROCHA DA CUNHA

DECRETO DE 07 DE MAIO DE 1979

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 20, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

DESIGNAR HUDSON ANDRADE AQUINO, Médico Veterinário, para exercer a Função de Confiança de Diretor, Código LT-DAS 101.1, da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal, da Secretaria de Agricultura e Produção do Distrito Federal.

Brasília, 07 de maio de 1979.

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

ALCEU SANCHES

JOSÉ ANTÔNIO AROCHA DA CUNHA

GABINETE CIVIL

ÓRGÃOS VINCULADOS

DEPARTAMENTO DE TURISMO

ATOS DO DIRETOR

PROCESSO Nº: 341/79-DETUR
INTERESSADO: Seção de Material

ASSUNTO: Aquisição de Carimbos

DESPACHO: Nos termos do inciso X, artigo 17 capítulo II, título II, combinado com o inciso II, artigo 64, capítulo IV título III, do Decreto nº 4.507 de 26 de dezembro de 1978, dispenso a licitação para a aquisição do material relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão de Nota de Empenho em favor da firma "CARIMPLAC - COM. E INDÚSTRIA LTDA", no valor total de Cr$ 755,20 (setecentos e cinquenta e cinco cruzeiros e vinte centavos).

Em 04.04.79

HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA
Diretor

PROCESSO Nº: 0371/79-DETUR

INTERESSADO:: Seção de Material

ASSUNTO: Execução de Serviço
DESPACHO: Nos termos do inciso X, artigo 17, capítulo II título II, combinado com o inciso II, artigo 64, capítulo IV título III, do Decreto nº 4.507 de 26 de dezembro de 1978, dispenso a licitação para a execução do serviço relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão de Nota de Empenho em favor da firma "INSTALADORA XAVIER COMERCIO E REFRIGERAÇÃO LTDA", no valor total de Cr$ 1.200,00 (um mil, e duzentos cruzeiros).

Em 18-04-79

HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA
Diretor

PROCESSO Nº: 0365/79-DETUR
INTERESSADO: Divisão de Operações

ASSUNTO: Aquisição de material

DESPACHO: Nos termos do inciso X, artigo 17, capítulo II, título II, combinado com o inciso II, artigo 64, capítulo IV, título III, do Decreto nº 4.507 de 26 de dezembro de 1978, dispenso a licitação para a aquisição de material relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão de Nota de Empenho em favor da firma "CASA DOS PARAFUSOS LTDA", no valor total de Cr$ 1.200,00 (mil e duzentos cruzeiros).

Em 24.04.79

HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA
Diretor

SECRETARIA DO GOVERNO

ATOS DO SECRETARIO

PORTARIA DE 02 DE MAIO DE 1979

O SECRETÁRIO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º do Decreto nº 3.800, de 28 de julho de 1977,

RESOLVE:

Retornar GLADIS ANTONIA BOTTARO MARQUES, Professora do Ensino Médio, nível 19, matrícula nº 7.777, do Quadro Permanente de Pessoal do Distrito Federal, do Grupo de Coordenação constituído pelo Decreto nº 3.222, de 22 de abril de 1976, para a Secretaria do Governo do distrito Federal, a partir de 1º de maio de 1979.

Brasília, 02 de maio de 1979

ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE

ADMINISTRAÇÃO DO SETOR RESIDENCIAL INDUSTRIA E ABASTECIMENTO

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 20 DE ABRIL DE 1979

O ADMINISTRADOR DO SETOR RESIDENCIAL INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o item III, do Artigo 21, do Regimento da Administração do Setor Residencial Indústria e Abastecimento, aprovado pelo Decreto nº 2356, de 29.08.73, combinado com o que dispõe o Decreto nº 1703, de 31.06.71,

RESOLVE:

DESIGNAR SIZELMO SOUZA SILVEIRA, Assessor, matrícula 18.970, DULCINÉA BAUDSON GODOI, Assessor, matrícula 18.859, Engenheiro PAULO RIOS TERRA DA SILVEIRA, Assessor, matrícula 19.274, COLBERT GADIA, Agente Administrativo, Código SA-401.4, matrícula 16.031, INÁCIA DE CASTRO NOGUEIRA, Secretária Datilógrafo FC-8, matrícula 12.336, Arquiteto JOÃO MACIEL DE OLIVEIRA, Diretor da Divisão Regional de Licenciamento de Fiscalização de Obras, matrícula 18.779, Engenheiro OSMAR DE OLIVEIRA PINHEIRO, Diretor da Divisão de Obras, matrícula 19.111, FRANCISCO DE OLIVEIRA FARIAS, Diretor da Divisão de Administração Geral, matrícula 1.012, CIPRIANO SIQUEIRA FILHO, Chefe da Seção de Administração de Sedes, matrícula 16.549, NELSON FERREIRA DOS SANTOS, Chefe da Seção de Obras e Reparos, matrícula 14.051, para sob a presidência do primeiro constituirem a Comissão encarregada de programar e coordenar as festividades do 10º Aniversário do Setor Residencial Indústria e Abastecimento.

Brasília, 20 de abril de 1979

OLYMPIO BARBOSA FILHO

Administrador do SRIA

ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NUCLEO BANDEIRANTE

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE ABRIL DE 1979

O ADIMINISTRADOR DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE; no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 21, Inciso IV do Regimento desta Administração, aprovadas pelo Decreto nº 2.287, de 12 de junho de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 135241/79,

RESOLVE:

AUTORIZAR a firma PREFABRIL - Engenharia, Indústria e Comércio Ltda., a iniciar, a partir do recebimento desta, a execução das obras de Implantação de Redes Públicas de Galerias de Águas Pluviais dentro do perímetro urbano da Cidade Satelite do Núcleo Bandeirante, de acordo com as condições gerais e especificações da Licitação realizada através da Tomada de Preços nº 04/79-ACSNB, que fora objeto de contrato celebrado em 17.04.79, entre o Distrito Federal e essa firma.

Núcleo Bandeirante, 19 de abril de 1979

JOÃO DUARTE MOREIRA
Administrador

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 24 DE ABRIL DE 1979

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GAMA, no uso das atribuições que lhe confere o Item IV do Artigo 21 do Regimento da Administração Regional do Gama, aprovado pelo Decreto nº 2.284, de 12.06.73,

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores Arquiteto ALBERTO FARAH - Diretor da Divisão de Obras; ARDISON SOBREIRA ROLIM - Assessor da Administração Regional; Arquiteta MARIA DE FATIMA GONÇALVES - Assessora da Administração Regional; e RAIMUNDO FELIX DA SILVA - Chefe da Seção Financeira, para comporem sob a presidência do primeiro, a Comissão de Licitação por Convite, nos termos da Legislação em vigor, de que trata o Processo nº 166.895/79-RA-II.

Gama-DF, 24 de abril de 1979

ANTONIO VALMIR CAMPELO BEZERRA

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE ABRIL DE 1979

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GAMA, no uso das atribuições que lhe confere o Item IV do Artigo 21 do Regimento da Administração Regional do Gama, aprovado pelo Decreto nº 2.284, de 12.06.73,

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores Arquiteto ALBERTO FARAH Diretor da Divisão de Obras; LEOSMAR LITRAN DOS SANTOS - Assessor da Administração Regional; Arquiteto ARDISON SOBREIRA ROLIM - Assessor da Administração Regional; Arquiteta MARIA DE FATIMA GONÇALVES - Assessora da Administração Regional, e RAIMUNDO FELIX DA SILVA - Chefe da Seção Financeira, para comporem sob a presidência do primeiro, a Comissão de Licitação por TOMADA DE PREÇOS, nos termos da Legislação em vigor, de que trata o Processo nº 166.941/79-RA-II.

Gama-DF, 26 de abril de 1979

ANTONIO VALMIR CAMPELO BEZERRA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETARIO

PROCESSO Nº: 142.163/75
INTERESSADO: JOÃO NEIF SOARES DE ARAUJO - Mat. 71.839-SLU/CLT
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO

A Comissão de Processo Administrativo designada para apurar a notícia veiculada no Processo nº 142.163/75, conforme Portaria de 24 de fevereiro de 1978; publicada no «Diário Oficial do Distrito Federal» nº 41, do dia 1º de março do mesmo ano, encerrou os seus trabalhos opinando pelo encaminhamento dos autos ao Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, para ciência e acompanhamento da ação criminal.

Apurou a Comissão que o Senhor JOÃO NEIF SOARES DE ARAUJO foi demitido do Emprego de Motorista, EP-09, da Tabela de Empregos Permanentes do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, em 06 de setembro de 1976, e que o seu envolvimento no atropelamento ocorrido por volta de 12:40 horas, do dia 16 de maio de 1975, nas proximidades da Quadra 43, do Setor Leste do Gama, quando conduzia a viatura marca Ford, tipo F-350, prefixo 53-06, placa CM-0696, de propriedade do Governo do Distrito Federal, está sendo objeto de ação criminal autuada sob o nº 8.736, em tramitação na 3ª Vara Criminal.

Considerando os elementos reunidos nos autos e ainda, que o interessado não mais mantém vínculo empregatício com o SLU, que a viatura oficial não sofreu qualquer dano, que a responsabilidade do condutor do veículo está sendo objeto de exame pela via área judicial competente, acolho as conclusões da Comissão processante e determino o encaminhamento dos autos ao Serviço Autônomo de Limpeza Urbana-SLU, para ciência e acompanhamento da ação criminal.

Brasília, 02 de maio de 1979

JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário de Administração

DIVISAO DE ADMINISTRAÇAO GERAL

SEÇÃO DE PESSOAL

ATOS DO CHEFE

ORDEM DE SERVIÇO

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 27 Alínea A, do Decreto «N» nº 420 de 28 de julho de 1965, e tendo em vista o que consta da ORDEM DE SERVIÇO DA DRMP/SEA/18.04.79,

RESOLVE:

LOTAR JOÃO GALDINO FILHO, MOTORISTA OFICIAL, Código: LT-TP-601.3, Matrícula nº 179/IDR do Quadro de Pessoal do Distrito Federal na Coordenação do Sistema de Transporte, desta Secretaria.

Distrito Federal, 20 de abril de 1979

EMÍLIA FARIA
Seção de Pessoal-DAG-SEA
Chefe

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº: 8272/79
INTERESSADO: LOJAS BLUMENAU TÊXTIL E UTILIDADES LTDA.
ASSUNTO: Reconsideração de Multa
RELATOR: João Laerte Bastos Damasceno

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide determinar o encaminhamento do presente processo à consideração do Senhor Coordenador do Sistema de Material.

Publique-se e encaminhe-se à Coordenação do Sistema de Material.

Em 17 de abril de 1979

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JURANDIR PINTO DA SILVA
Membro

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR

ATOS DO SUPERINTENDENTE

ORDEM DE SERVIÇO Nº 055/79-IDR

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS — IDR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 22, Inciso VII, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº 3122, de 31/12/75,

RESOLVE:

Designar VALNEI CARVALHO BARBOSA, para ocupar o Emprego em Comissão, Símbolo EC-04, de Assistente do Núcleo de Diagnose, da TEC/IDR, a partir de 23 de abril do corrente ano.

Brasília-DF., 25 de abril de 1979.

WANDA DE MELLO LOBO ROCHA
Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 058/79-IDR

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS-IDR, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 22, Inciso XXVII, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº 3.122, de 31 de dezembro de 1975,

RESOLVE:

Designar Antero Tavares da Silva - Chefe de Seção - C.S.T.I.; Mauro Monteiro - Chefe de Seção - C.S.T.I. e Nicolau Bonifácio — Motorista Oficial - C.S.T.I., para sob a presidência do primeiro, comporem a Banca Examinadora do Teste de Desempenho Prático-Oral, do Processo Seletivo destinado à Transformação de Cargos à Categoria Funcional de Artífice de Manutenção e Restauração de Veículos - Area de Borracharia, do Grupo Artesanato, Código ART-502, do Plano de Classificação de Cargos do Serviço Civil do Distrito Federal, conforme Edital nº 018/79-IDR, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 054, do dia 21/03/79.

Brasília, 25 de abril de 1979

WANDA DE MELLO LOBO ROCHA
Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 059/79-IDR

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS-IDR, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 22, Inciso XXVII, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº 3.122, de 31 de dezembro de 1975,

RESOLVE:

Designar Montalvão Chaves - Encarregado de Seção - C.S.T.I.; Rumão Saraiva Muniz - Artífice - C.S.T.I., e Sebastião Borges da Silva - Chefe da Seção de Recuperação - C.S.T.I., para sob a presidência do primeiro, comporem a Banca Examinadora do Teste de Desempenho Prático-Oral do Processo Seletivo destinado à Tansformação de Cargos à Categoria Funcional de Artífice de Manutenção e Restauração de Veículos - Area de Capotaria, do Grupo Artesanato, Código Art-502, do Plano de Classificação de Cargos do Serviço Civil do Distrito Federal, conforme Edital nº 018/79-IDR, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 054, do dia 21/03/79.

Brasília, 25 de abril de 1979

WANDA DE MELLO LOBO ROCHA
Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 060/79-IDR

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS-IDR, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 22, Inciso XXVII, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº 3.122, de 31 de dezembro de 1975,

RESOLVE:

Designar Manoel Caboclo de Barros - Encarregado de Seção - C.S.T.I. - SEA; José Ribeiro da Silva - Encarregado de Seção - C.S.T.I. - SEA e Dalva Barbosa Andrade - Assistente do Núcleo de Recrutamento e Seleção-IDR, para sob a presidência do primeiro comporem a Banca Examinadora do Teste de Desempenho do Processo Seletivo destinado à Transformação de Cargos à Categoria Funcional de Artífice de Manutenção e Restauração de Veículos, Area de Eletricidade, do Grupo Artesanato, Código ART-502, do Plano de Classificação de Cargos do Serviço Civil do Distrito Federal, conforme Edital nº 018/79-IDR, publicado no D.O.D.F., nº 054, do dia 21/03/79.

Brasília, 25 de abril de 1979

WANDA DE MELLO LOBO ROCHA
Superintendente

DIVISAO DE ADMINISTRAÇAO GERAL

SEÇÃO DE PESSOAL

ATOS DO CHEFE

ASSUNTO - SALARIO FAMILIA

INTERESSADO: Odilon Florêncio Bidú
DESPACHO: Concede a partir de 27/04/79
DEPENDENTE: Wesley de Brito Bidú - 15/04/79

Brasília-DF, 01 de maio de 1979

JOSE RICARDO DE MORAIS VERANO
Divisão de Administração Geral
Chefe

ADOALDO ALVES DOS SANTOS
Seção de Pessoal
Chefe

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL

DIVISÃO DE REGISTRO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

ATOS DO DIRETOR

LICENÇA ESPECIAL DEFERIDA

DESPACHO: CONCEDO, nos termos do artigo 2º combinado com o artigo 5º do Decreto "N" nº 649, de 31 de agosto de 1967, LICENÇA ESPECIAL, de seis meses aos funcionários abaixos qualificados.

PROCESSO Nº: 009.671/79
NOME: DELVIENE MACEDO, Agente de Serviços Públicos Classe "A"
MATRICULA: 10.006-SSP
CODIGO: NM-819.5, Relativo ao Decênio de: 22.11.68 a 31.03.79

PROCESSO Nº: 433.665/79
NOME: ARY FAÇANHA DE SA, Professor do Ensino Médio
MATRICULA: 08.368-SEC
CODIGO: MG1-02.19, Relativo ao Decênio de: 27.05.66 a 23.05.76.

PROCESSO Nº: 009.220/79
NOME: LUZINETE CADETE DE ARAUJO LIMA, Professor do Ensino Médio
MATRICULA: 04.148-SEC
CODIGO: MG1-02.19, Relativo ao Decênio de: 18.04.61 a 05.05.71.

PROCESSO Nº: 111.442/79
NOME: JOÃO EUDES FERNANDES, Agente de Polícia Classe "A"
MATRICULA: 21.020-SEP
CODIGO: PC-205.1, Relativo ao Decênio de: 15.04.69 a 12.04.79

PROCESSO Nº: 373.046/79
NOME: ANA IRLANDA SILVEIRA MATOS, Professor do Ensino Elementar
MATRICULA: 08.040-SEC
NIVEL: 13-B, Relativo ao Decênio de: 01.09.66 a 12.09.76

PROCESSO Nº 373.093/79
NOME: MARLENE REIS FERNANDES DA ROCHA, Professor do Ensino Elementar
MATRICULA: 07.093-SEC
NIVEL: 13-B, Relativo ao Decênio de: 01.11.65 a 27.11.75

PROCESSO Nº: 46.265/76
NOME: NADIR ALABARCE, JUNQUEIRA, Professor do Ensino Elementar
MATRICULA: 08.155-SEC
NIVEL: 13-B, Relativo ao Decênio de: 01.11.66 a 08.01.77

PROCESSO Nº: 051.332/79
NOME: MARIA NATIVIDADE FERNANDEZ, Agente Administrativo Classe "A"
MATRICULA: 13.306-SEF
CODIGO: SA-401.2, Relativo ao Decênio de: 01.12.68 a 04.03.79

PROCESSO Nº: 111.163/79
NOME: SILVANO FRANCISCO DE SANTANA, Auxiliar de Artífice
MATRICULA: 10.576-SEP
CODIGO: ART-506.1, Relativo ao Decênio de: 01.03.69 a 26.02.79

PROCESSO Nº: 432.155/79
NOME: GERALDA NELLI HUMMEL VIEIRA, Professor do Ensino Médio
MATRICULA: 04.973-SEC
CODIGO: MG1-02.19, Relativo ao Decênio de: 01.01.69 a 25.02.79

PROCESSO Nº: 009.828/79
NOME: NILCEA GOUVEIA DE OLIVEIRA, Agente Administrativo Classe "A"
MATRICULA: 03.450-SEA
CODIGO: SA-401.2, Relativo ao Decênio de: 01.06.63 a 13.06.73

PROCESSO Nº: 210.900/79
NOME: JOSE MOREIRA DA SILVA, Trabalhador

MATRICULA: 00.505-RA-VI
NIVEL: 01, Relativo ao Decênio de: 01.07.68 a 22.08.78

PROCESSO Nº: 434.984/78
NOME: LUCY STOLLE FIGUEIREDO, Professor de Ensino Elementar
MATRICULA: 3.056-SEC
NIVEL: 13-B, Relativo ao Decênio de: 01.11.68 a 01.01.79

PROCESSO Nº: 111.049/79
NOME: GABRIEL DE SOUZA ROCHA, Motorista Oficial Classe "B"
MATRICULA: 15.828-SEP
CODIGO: TP-601.5, Relativo ao Decênio de: 01.03.69 a 26.02.79

PROCESSO Nº: 110.627/79
NOME: RAIMUNDO AMORIM MALAQUIAS, Artífice do Elet. e Comunic. Classe Art. Especializado
MATRICULA: 14.803-SEP
CODIGO: ART-505.3, Relativo ao Decênio de: 23.02.69 a 20.02.79 (2º decênio)

PROCESSO Nº: 166.232/79
NOME: GERALDO EUZEBIO DE ALMEIDA, Agente de Portaria Classe "B"
MATRICULA: 16.712-SEG
CODIGO: TP-602.2, Relativo ao Decênio de: 04.02.68 a 31.01.78 (2º decênio)

PROCESSO Nº: 166.752/79
NOME: JOSE NORBERTO DA SILVA, Agente Administrativo Classe "A"
MATRICULA: 11.174-SEG
CODIGO: SA-401.2, Relativo ao Decênio de: 05.07.68 a 07.11.78 (2º decênio)

PROCESSO Nº: 056.269/79
NOME: BRASIL COURY, Procurador do Distrito Federal, Classe "C"
MATRICULA: 09.104-PRG
CODIGO: SJ-901.3, Relativo ao Decênio de: 02.03.68 a 28.06.78

PROCESSO Nº: 009.493/79
NOME: CARLOS ELIAS PAULINO, Desenhista Classe "B"
MATRICULA: 07.929-SVO
CODIGO: NM-809.7, Relativo ao Decênio de: 05.03.67 a 01.03.77 (2º decênio)

PROCESSO Nº: 051.409/79
NOME: ODESSIO SOUZA OLIVEIRA, Agente Administrativo Classe "B"
MATRICULA: 09.865-SEF
CODIGO: SA-401.3, Relativo ao Decênio de: 23.07.67 a 02.12.77 (2º decênio)

Brasília, 03 de maio de 1979

CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor da Divisão de Registro e Movimentação de Pessoal
CSP-SEA/DF.

DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO

ATOS DO DIRETOR

PROR. DE LICENÇAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - EX.OFFICIO

NOME: JOSEFINA SOARES LIMA, Auxiliar de Cozinha, Nível 05
MATRICULA: 05.645
LOT. SES
ASSUNTO: PLTS. EX.OFFICIO

DESPACHO: No uso das atribuições conferidas pelo Item I, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, CONCEDO «EX.OFFICIO», Prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 19/04/79, até a publicação do ato concessório da Aposentadoria, nos termos dos Artigos 95 § Único e 97, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952.

NOME: RAIMUNDA SILVA COSTA, Ag. de Portaria, Cód. TP-602.1
MATRICULA: 05.499
LOT. GAG
ASSUNTO: PLTS. EX.OFFICIO

DESPACHO: No uso das atribuições conferidas pelo Item I, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, CONCEDO «EX.OFFICIO», Prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 17/04/79, até a publicação do ato concessório da Aposentadoria, nos termos dos Artigos 95 § Único e 97, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952.

NOME: CÍCERO MATIAS CARNAÚBA, Aux. Op. Serv. Eng. Cód. NM-808.1
MATRICULA: 11.711
LOT. RA-V-SOB/SEG
ASSUNTO: PLTS. EX.OFFICIO

DESPACHO: No uso das atribuições conferidas pelo Item I, artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, CONCEDO «EX.OFFICIO», Prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 17/04/79, até a publicação do ato concessório da Aposentadoria, nos termos dos Artigos 95 § unico e 97, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952.

Brasília, 20 de abril de 1979

ARTUR SALVIANO FILHO
Diretor da Divisão de Cadastro Financeiro
CSP-SEA-GDF

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE MATERIAL

ATOS DO COORDENADOR

PROCESSO Nº: 003.797/79
INTERESSADO: LIVRARIA TECNICA LTDA
ASSUNTO: Pedido de reconsideração de aplicação de pena de suspensão do direito de licitar com a Administração do Distrito Federal e seus órgãos descentralizados.

DESPACHOS DO COORDENADOR DO SISTEMA DE MATERIAL: A vista dos fatos novos apresentados pela interessada e as informações contidas no Processo torno sem efeito a pena de suspensão do direito de licitar com o Governo do Distrito Federal e seus órgãos descentralizados, por 06 (seis) meses, aplicada à firma LIVRARIA TECNICA LTDA., considerando descaracterizada a infringência ao disposto no inciso II, do artigo 70 do Decreto nº 4.507, de 26 de dezembro de 1978.

Publique-se e encaminhe-se à Seção de Acompanhamento-DC.

Em 27 de março de 1979

FRANCISCO DE FREITAS
Coordenador do Sistema de Material

PROCESSO Nº: 009.072/79
INTERESSADO: SEÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO-RA-IV
ASSUNTO: EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO POR ESTIMATIVA

DESPACHO: Nos termos do artigo 17, inciso VIII, do Decreto nº 4.507, de 26 de dezembro de 1978, combinado com o artigo 29, § 3º inciso II, do Decreto nº 4.515 de 28 de dezembro de 1978, dispenso a licitação para compra de alimentos e bebidas, diretamente da SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASILIA S.A. SAB, no valor de Cr$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros)

Em 17 de abril de 1979

FRANCISCO DE FREITAS
Coordenador do Sistema de Material

PROCESSO Nº: 009.294/79
INTERESSADO: SEÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO-SEG
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL

DESPACHO: Nos termos do artigo 17, inciso X, do Decreto nº 4.507, de 26 de dezembro de 1978, combinado com o artigo 29, § 3º inciso II, do Decreto nº 4.515, de 28 de dezembro de 1978, dispenso a licitação para compra do material especificado às fls. 04, diretamente da firma EMPRESA GRAFICA GUTENBERG LTDA, no valor de Cr$ 3.910,00 (três mil, novecentos e dez cruzeiros).

Em 20 de abril de 1979

FRANCISCO DE FREITAS
Coordenador do Sitema de Material

PROCESSO Nº: 009.612/79
INTERESSADO: SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS
ASSUNTO: EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO POR ESTIMATIVA

DESPACHO: Nos termos do artigo 17, inciso VIII do Decreto nº 4.507, de 26 de dezembro de 1978, combinado com o artigo 29, § 3º inciso II, do Decreto nº 4.515, de 28 de dezembro de 1978, dispenso a licitação para compra de gêneros alimentícios, diretamente da SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASILIA S.A. SAB, no valor de Cr$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros)

Em 23 de abril de 1979

FRANCISCO DE FREITAS
Coordenador do Sistema de Material

PROCESSO Nº: 051.428/79
INTERESSADO: IVAHYNA GOES VIDAL
ASSUNTO: ADIANTAMENTO

DESPACHO: Nos termos do artigo 17, inciso VIII, do Decreto nº 4.507, de 26 de dezembro de 1978, combinado com o artigo 29, § 3º inciso II, do Decreto nº 4.515, de 28 de dezembro de 1978, dispenso a licitação para compra de alimentos e bebidas, pela servidora acima indicada, diretamente da SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASILIA S.A. SAB, no valor de Cr$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros)

Em 27 de abril de 1979

FRANCISCO DE FREITAS
Coordenador do Sistema de Material

PROCESSO Nº: 009.697/79
INTERESSADO: SEÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO-CAP/SEA
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL

DESPACHO: Nos termos do artigo 17, inciso X, do Decreto nº 4.507, de 26 de dezembro de 1978, combinado com o artigo 29, § 3º inciso II, do Decreto nº 4.515, de 28 de dezembro de 1978, dispenso a licitação para compra do material especificado às fls. 07, diretamente da firma PUREZA & CIA. LTDA, no valor de Cr$ 916,00 (novecentos e dezesseis cruzeiros).

Em 27 de abril de 1979

FRANCISCO DE FREITAS
Coordenador do Sistema de Material

PROCESSO Nº: 008.368/79
INTERESSADO: ODESSIO SOUSA OLIVEIRA FILHO
ASSUNTO: ADIANTAMENTO

DESPACHO: Nos termos do artigo 17, inciso VIII, do Decreto nº 4.507 de 26 de dezembro de 1978, combinado com o artigo 29, § 3º inciso II, do Decreto nº 4.515, de 28 de dezembro de 1978, dispenso a licitação para compra de alimentos e bebidas pelo titular do adiantamento, diretamente da SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASILIA S.A. SAB, no valor de Cr$ 18.000,00 (dezoito mil cruzeiros).

Em 27 de abril de 1979

FRANCISCO DE FREITAS
Coordenador do Sistema de Material

PROCESSO Nº: 007.861/79
INTERESSADO: OLIVAR FERNANDES
ASSUNTO: ADIANTAMENTO

DESPACHO: Nos termos do artigo 17, inciso VIII, do Decreto nº 4.507, de 26 de dezembro de 1978, combinado com o artigo 29, § 3º inciso II, do Decreto nº 4.515, de 28 de dezembro de 1979, dispenso a licitação para compra de alimentos e bebidas, pelo servidor acima indicado, diretamente da SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASILIA S.A. SAB, no valor de Cr$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros).

Em 27 de abril de 1979

FRANCISCO DE FREITAS
Coordenador do Sistema de Material

PROCESSO Nº: 008.369/79
INTERESSADO: MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES
ASSUNTO: ADIANTAMENTO

DESPACHO: Nos termos do artigo 17, inciso VIII, do Decreto nº 4.507, de 26 de dezembro de 1978, combinado com o artigo 29, § 3º inciso II, do Decreto nº 4.515, de 28 de dezembro de 1978, dispenso a licitação para compra de alimentos e bebidas, pela servidora acima indicada, diretamente da SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASILIA S.A. SAB, no valor de Cr$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros).

Em 30 de abril de 1979

FRANCISCO DE FREITAS
Coordenador do Sistema de Material

DIVISÃO DE COMPRAS

ATOS DO DIRETOR

PROCESSO Nº: 2.633/79
INTERESSADO: SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO-DC-CSM.
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA ENTREGA DE MATERIAL

DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: Face a decisão de fls. 12, da Comissão de Licitação-SEA, proferida em sua 2068a. Reunião (Ordinária) de 22.3.79, e no uso das atribuições que me são conferidas pelo artigo 102, inciso II, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2978, de 14 de agosto de 1975,

RESOLVO:

Prorrogar em 116 (cento e dezesseis) dias o prazo para entrega do material de que trata a Nota de Empenho nº 881/78-DPC, emitida a favor da COMPANHIA GERAL DE INDÚSTRIAS.

Publique-se e encaminhe-se à Seção de Acompanhamento.

Em 02 de abril de 1979

ENI PRATA DE CARVALHO
Diretor da Divisão de Compras Substituto

PROCESSO Nº: 003904/79
INTERESSADA: A CASA DO LIVRO DE BRASILIA LTDA.
ASSUNTO: RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA ENTREGA DE MATERIAL DA NOTA DE EMPENHO 1249/78-DPC.

DESPACHO DA DIRETORA DA DIVISÃO DE COMPRAS: Face a decisão de fls. 28, da Comissão de Licitação-SEA, proferida na 2.075a reunião (Ordinária), de 29.03.79 e, no uso das atribuições que me são conferidas pelo Art. 102, inciso II, do Regimento aprovado pelo Decreto 2.978, de 14 de agosto de 1975.

RESOLVE:

Prorrogar até 20.03.79, o prazo para entrega do material

de que trata o item 18 da Nota de Empenho nº 1249/78-DPC.

Publique-se e Encaminhe-se à Seção de Acompanhamento.

Em 06 de abril de 1979

ENI PRATA DE CARVALHO
Diretora da Divisão de Compras -Substituta-

PROCESSO Nº: 002634/79
INTERESSADA: SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO
ASSUNTO: CANCELAMENTO DA NOTA DE EMPENHO 966/78-DPC.

DESPACHO DA DIRETORA DA DIVISÃO DE COMPRAS: Face a decisão de fls. 14, da Comissão de Licitação-SEA, proferida na 2 076ª Reunião (Extraordinária) de 02.04.79 e , no uso das atribuições que me são conferidas pelo Art. 102,inciso II, do Regimento aprovado pelo Decreto 2 978, de 14 de agosto de 1 975,

RESOLVO:

I- Indeferir a proposição apresentada pela Seção de Acompanhamento uma vez que, conforme declaração da DAG-RA-III, o local para instalação do equipamento , somente foi liberado em 15.03.79;

II- Considerar a partir de 15.03.79 a contagem do prazo para entrega e instalação do equipamento de que trata a Nota de Empenho nº 966/78-DPC.

Publique-se e Encaminhe-se à Seção de Acompanhamento.

Em 06 de abril de 1 979

ENI PRATA DE CARVALHO
Diretora da Divisão de Compras -Substituta-

PROCESSO Nº: 003.904/79
INTERESSADA: A CASA DO LIVRO DE BRASILIA LTDA
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA ENTREGA DE MATERIAL

DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: Face a decisão de fls. 37, da Comissão de Lictação-SEA, proferida na 2080ª Reunião (Ordinária) de 11.04.79 e, no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 102, inciso II, do Regimento aprovado pelo Decreto 2.978, de 14 de agosto de 1975,

RESOLVO:

Prorrogar em 30 (trinta) dias o prazo para entrega do material descrito nos itens 114, 115, 116, 148, 149, 151, 173, 174, 175 e 177, da Nota de Empenho nº 1.249/78-DPC.

Publique-se e Encaminhe-se à Seção de Acompanhamento e, a seguir, à Divisão de Liquidação-SEF.

Em 23 de abril de 1979

TIBAGY DE CASTILHO
Diretor da Divisão de Compras

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 02 DE MAIO DE 1979

O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 83, item XVII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 4.422, de 04 de dezembro de 1978, tendo em vista o disposto no artigo 12, item I, do Decreto nº 4.515, de 28 de dezembro de 1978 e o que consta do processo nº 795.493/78,

RESOLVE:

DESIGNAR ROSA MARIA HILDEBRAND, Fiscal de Tributos, Código TAF-303.2, matrícula nº 9580, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para executora do convênio celebrado entre o Distrito Federal e o Serviço de Processamento de Dados-SERPRO, tendo como interveniente a Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central-CODEPLAN, objetivando a prestação de serviços de processamento de dados e assistência técnica a esta Secretaria.

Brasília, 02 de maio de 1979

FERNANDO TUPINAMBA VALENTE

PORTARIA DE 02 DE MAIO DE 1979

O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 83, item XII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 4.422, de 04 de dezembro de 1978 e tendo em vista o disposto na alínea « a» , do artigo 21, do Decreto nº 2.951, de 22 de julho de 1975,

RESOLVE:

DESIGNAR BALDUINO JOSE DA SILVA, Agente Administrativo, Código SA-401.2, Classe « A» , matrícula nº 16.298, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Chefe da Seção de Contabilidade Patrimonial, Símbolo FC-3, da Coordenação do Sistema de Contabilidade, desta Secretaria, no período de 07 de maio a 06 de junho de 1979, por motivo de férias regulamentares.

Brasília, 02 de maio de 1979

FERNANDO TUPINAMBA VALENTE

PROCESSO Nº: 051.568/79
INTERESSADO: GESSE PEREIRA DA SILVA

Tendo em vista os elementos constantes do processo e que dispõe o Decreto nº 3.857, de 19 de setembro de 1977, autorizo o acréscimo de até 2 (duas) horas diárias à duração normal de trabalho do servidor GESSE PEREIRA DA SILVA, matrícula nº 16.260, até 31 de julho de 1979.

Publique-se e encaminhe-se à DAG-SEF.

Brasília, 27 de abril de 1979.

FERNANDO TUPINAMBA VALENTE

DIVISAO DE ADMINISTRAÇAO GERAL
SEÇÃO DE PESSOAL
ATOS DO CHEFE

ORDEM DE SERVIÇO DE 28. DE MARÇO DE 1979

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea « a» , do artigo 27 do Decreto « N» nº 428 de 28.07.65.

RESOLVE:

Mandar, a partir desta data, o servidor CARLOS VICTOR DE SÁ GIOVANINI, Fiscal de Tributos, Classe « B» Código TAF-303.3, matrícula 1848 do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício no Departamento da Receita desta Secretaria.

MANOEL ALVES DA CRUZ

Chefe da Seção de Pessoal-DAG-SEF

DEPARTAMENTO DA RECEITA
Atos do Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº 06/79-DPR

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA RECEITA, DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Portaria nº 17/77-SEF, de 14 de julho de 1977, alterada pela Portaria nº 39/78-SEF, de 15 de dezembro de 1978,

RESOLVE:

DESIGNAR, para o período de 17.04 a 20.05.79, com produtividade fiscal de até 35% (trinta e cinco por cento), o servidor WALDEMAR MACHADO NETTO, Fiscal de Tributos, Código TAF-303.4, Classe « C» , Matrícula nº 07.830, para exercer a atividade de SUPERVISÃO DE ATIVIDADES ESPECIAIS, junto ao Gabinete do Diretor do Departamento da Receita, consoante Anexo-II, da Portaria nº 39/78-SEF de 15.12.78.

Publique-se.

Distrito, Federal, 17 de abril de 1979

BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

ORDEM DE SERVIÇO Nº 09/79-DPR

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA RECEITA, DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Portaria nº 17/77-SEF, de 14 de julho de 1977, alterada pela Portaria nº 39/78-SEF, de 15 de dezembro de 1978,

RESOLVE:

DESIGNAR, para o período de 17.04 a 20.05.79, com percentual de produtividade fiscal de até 35% (trinta e cinco por cento), as servidoras abaixo relacionadas, para exercerem a atividade de SUPERVISÃO E ANALISE DE PROCESSOS, junto ao Gabinete do Diretor do Departamento da Receita, consoante Anexo - II, da Portaria nº 39/78-SEF, de 15.12.78:

- CLEZIA PUTINI DE CARVALHO RAMOS - Fiscal de Tributos, Código TAF-303.2, Classe « A» , Matrícula nº 04.785;

- GLÁUCIA MACIEL GOIS - Fiscal de Tributos, Código TAF-303.3, Classe « B» , Matrícula nº 08.352.

Publique-se.

Distrito Federal, 17 de abril de 1979

BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

ORDEM DE SERVIÇO Nº 07/79-DPR

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA RECEITA, DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Portaria nº 17/77-SEF, de 14 de julho de 1977, alterada pela Portaria nº 39/78-SEF, de 15 de dezembro de 1978,

RESOLVE:

DESIGNAR, para o período de 17.04 a 20.05.79, com produtividade fiscal de até 30% (trinta por cento) a servidora LEA APPARECIDA CUNHA PEREIRA, Fiscal de Tributos, Código TAF-303.2, Classe « A» , Matrícula nº 03.008, para exercer junto à Divisão de Fiscalização, deste Departamento, a atividade de PROGRAMAÇÃO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES FISCAIS, consoante Anexo-II, da Portaria nº 39/78-SEF, de 15.12.78.

Publique-se.

Distrito Federal, 17 de abril de 1979

BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

ORDEM DE SERVIÇO Nº 10/79-DPR

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA RECEITA, DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Portaria nº 17/77-SEF, de 14 de julho de 1977, alterada pela Portaria nº 39/78-SEF, de 15 de dezembro de 1978,

RESOLVE:

DESIGNAR, para o período de 17.04 a 20.05.79, com percentual de produtividade fiscal de até 35% (trinta e cinco por cento), os servidores abaixo relacionados, para exercerem a atividade de PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM, junto ao Departamento da Receita, cosoante Anexo-II, da Portaria nº 39/78-SEF, de 15.12.78:

GERALDO MAGELA SOARES - Fiscal de Tributos, Código TAF-303.2, Classe « A» , Matrícula nº 09.784;

- ROSA MARIA HILDEBRAND - Fiscal de Tributos, Código TAF-303.2, Classe « A» , Matrícula nº 09.580,e

- EDNA CARLOS SANTIAGO - Fiscal de Tributos, Código TAF-303.2, Classe « A» , Matrícula nº 08.365.

Publique-se.

Distrito Federal, 17 de abril de 1979

BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

ORDEM DE SERVIÇO Nº 11/79-DPR

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA RECEITA, DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Portaria nº 17/77-SEF, de 14 de julho de 1977, alterada pela Portaria nº 39/78-SEF, de 15 de dezembro de 1978,

RESOLVE:

DESIGNAR, para o período de 17.04 a 20.05.79, com percentual de produtividade fiscal de até 35% (trinta e cinco por cento), os servidores abaixo relacionados, para exercerem a atividade de CADASTRO ESPECIAL DE CONTRIBUINTES - CADEC, junto à Divisão de Fiscalização, deste Departamento, cosoante Anexo-II, da Portaria nº 39/78-SEF, de 15.12.78:

- CARLOS FERRO DE NOVAES - Fiscal de Tributos, Código TAF-303.2, Classe « A» , Matrícula nº 00.038;

- JOSE GILBERTO LOPES MOREIRA - Fiscal de Tributos, Código TAF-303.4, Classe « C» , Matrícula 07.817.

Publique-se.

Distrito Federal, 17 de abril de 1979

BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

ORDEM DE SERVIÇO Nº 13/79-DPR

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA RECEITA, DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Portaria nº 17/77-SEF, de 14 de julho de 1977, alterada pela Portaria nº 39/78-SEF, de 15 de dezembro de 1978,

RESOLVE:

DESIGNAR, para o período de 17.04 a 20.05.79, com percentual de produtividade fiscal de até 35% (trinta e cinco por cento), os servidores abaixo relacionados, para exercerem a atividade de CADASTRO ESPECIAL DE CONTRIBUINTES - CADEC, junto à Divisão de Fiscalização, deste Departamento, cosoante Anexo-II, da Portaria nº 39/78-SEF, de 15.12.78:

- CARLOS FERRO DE NOVAES - Fiscal de Tributos, Código TAF-303.2, Classe « A» , Matrícula nº 00.038;

- JOSE GILBERTO LOPES MOREIRA - Fiscal de Tributos, Código TAF-303.4, Classe « C» , Matrícula 07.817.

Publique-se.

Distrito Federal, 17 de abril de 1979

BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

ORDEM DE SERVIÇO Nº 13/79-DPR

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA RECEITA, DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Portaria nº 17/77-SEF, de 14 de julho de 1977, alterada pela Portaria nº 39/78-SEF, de 15 de dezembro de 1978,

RESOLVE:

DESIGNAR, para o período de 17.04. a 20.05.79, com percentual de produtividade fiscal de até 30% (trinta por cento), o servidor MISAEL CASSAL

DE MEDEIROS, Fiscal de Tributos, código TAF-303.3, Classe «B», Matrícula nº 07.932, para exercer a atividade de EDUCAÇÃO TRIBUTARIA, junto à Divisão de Tributação, deste Departamento, consoante Anexo - II, da Portaria nº 39/78-SEF, de 15 de dezembro de 1978.

Publique-se.

Distrito Federal, 17 de abril de 1979

BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

ATOS DO DIRETOR

PROCESSO Nº: 795.244/78
INTERESSADO: CONFERPE CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA
ASSUNTO: Retenção do ISS na prestação de serviços de transportes por profissional autônomo e isenção do ISS na atividade de Construção Civil
GÊNERO: CONSULTA DT Nº 009/79 (402)

A peticionária, estabelecida na SCRN 509 — Bloco "D", sobreloja 39 Brasília-DF, inscrita no Cadastro de Contribuintes da Secretaria de Finanças sob nºs 026.350-3 - ISS e 07065240-6 — ICM, formula na inicial, consulta nos seguintes termos:

> 1) "O autônomo, devidamente inscrito no GDF-ISS, que presta mensalmente, serviço de transportes, com movimento em média mensal, de Cr$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros) aproximadamente, qual é sua situação, para efeito de contribuição, se se deverá proceder ao desconto por mês (5% de ISS?)
>
> Em caso negativo se permanece a sua contribuição ao período de trimestres".
>
> 2) "As firmas em geral, de construção civil, com serviços de escavações, terraplenagens etc, que trabalham para o governo, na qualidade de empreiteiras e ou subempreiteiras, se gozam dos benefícios da isenção por Decreto em vigor".

É o relatório.

1. Os serviços de transportes de natureza estritamente municipal, estão previstos no item 27 da Lista de Serviços inserida no art. 1º do Regulamento do ISS, aprovado pelo Decreto nº 3522/76, constituindo portanto, fato gerador do Imposto sobre Serviços.

O profissional autônomo é todo aquele que fornece o próprio trabalho sem vínculo empregatício. Presta atividade lucrativa habitualmente e sem subordinação jurídica ou de dependência hierárquica.

Assim, há que se caracterizar em que condições presta o autônomo, serviços de transportes à consulente, para, após, determinar-se quanto à forma de recolhimento do imposto.

Se o serviço é prestado sob a forma de trabalho pessoal, o pagamento do ISS deverá ser efetuado aplicando-se o coeficiente 1,20 sobre a base de cálculo que será o valor de referência fixado na legislação federal, vigente na data do lançamento do imposto (art. 11, item V do RISS).

Todavia, se os serviços prestados não ocorrer sob a forma de trabalho pessoal e verificada a equiparação à empresa, a base de cálculo do ISS será o preço do serviço, aplicando-se a alíquota de 5% (cinco por cento) prevista no item IV do art. 13 do Regulamento do ISS.

A equiparação à empresa se dá quando o profissional autônomo utiliza mais de dois empregados, a qualquer título, na execução dos serviços por ele prestados e quando não comprovar sua inscrição no cadastro fiscal.

No tocante à retenção do imposto, esta deverá ser efetuada quando ocorrer a hipótese de o prestador dos serviços não apresentar comprovação de inscrição fiscal, caso em que o imposto será recolhido em seu nome, à Fazenda do Distrito Federal, tomando-se como base de cálculo o preço do serviço e aplicando a alíquota de 5% (cinco por cento) prevista no item IV do art. 13 do RISS.

Esta retenção deverá ser efetuada dentro do prazo previsto no item II do art. 34 do mesmo Regulamento, qual seja até o dia 20 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, emitindo-se a Declaração de Retenção do ISS, em duas vias, obedecendo ao modelo 11 constante do Regulamento do ISS aprovado pelo Decreto nº 3522/76.

O recolhimento do imposto deverá ser efetuado em Documento de Arrecadação separado, fazendo constar, no espaço destinado à especificação da receita, os dizeres: "ISS RETIDO" e no espaço destinado ao código, o número 1732.

Quanto à segunda parte da consulta, o art. 1º do Regulamento do ISS, aprovado pelo Decreto nº 3522/76 dispõe que "o Imposto sobre Serviços tem como fato gerador a prestação por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço constante da lista abaixo".

O item 19 da referida lista tipifica:

> "19 — Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o fonecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que ficam sujeitas ao ICM)".

Segundo o disposto no art. 46, item I do RISS que repete a redação do art. 11 do Decreto-Lei nº 406/68, estão isentos do imposto:

> "I — a execução, por administração, empreitada e subempreitada, de obras hidráulicas ou de construção civil, e os respectivos serviços de engenharia consultiva, quando contratados com a União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Autarquias e empresas concessionárias de serviços públicos";

Os conceitos de Construção Civil e de obras de construção civil estão contidos no art. 387 do Regulamento do ICM, aprovado pelo Decreto nº 3992/77, que no item 5 de seu parágrafo único, relaciona:

> "5 — execução de obras de terraplenagem, de pavimentação em geral, hidráulicas, marítimas ou fluviais;"

Ressalte-se contudo, que o gozo do benefício da isenção está codicionado à contratação dos serviços a que se refere o artigo 46 do RISS, com aquelas pessoas jurídicas mencionadas, e tão somente.

Esclarecemos, em oportuno, que a presente consulta, por não versar sobre matéria de natureza controvertida, não está ao amparo dos benefícios do instituto da consulta, de conformidade com o art. 3º do Decreto nº 3388, de 21 de setembro de 1976.

É o parecer «sub censura»

Brasília, 30 de março de 1979

MARIA APRECIDA BARBOSA
Fiscal de Tributos

De acordo com o parecer supra.

A Divisão de Tributação.

Em, 30 de março de 1979

SANDRA FURTADO AYRES
Fiscal de Tributos
SOC-DT

Tendo em vista a delegação de competência a mim conferida pela ORDEM DE SERVIÇO Nº 25/76-DpR/SEF, de 26 de setembro de 1976, aprovo o parecer de fls. 04/09, da Seção de Orientação e Consultas, desta Divisão, esclarecendo, no que respeita à primeira pergunta, que o profissional autônomo, quando inscrito no Cadastro de Contribuintes de ISS, fica sujeito ao pagamento do imposto na forma do art. 33 e nos prazos previstos no inciso I do art. 34, ambos do RISS.

A Seção de Preparo Processual para providenciar a publicação da resposta e ciência à consulente. Após à Divisão da Receita de Brasília para conhecimento e providências necessárias.

Brasília-DF, 19 de abril de 1979

CARLOS REGO BARBOSA
Divisão de Tributação
- Diretor -

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 43/79
RECORRENTE: Esquadrias Metálicas São Jorge Industria e Comércio Ltda.
RECORRIDO: Departamento da Receita

Esquadrias Metálicas São Jorge Indústria e Comércio Ltda., irresignada com a sentença de primeira instância prolatada no processo fiscal nº 177800/78, pertinente ao auto de infração nº 4628 ofereceu, via procurador habilitado (doc. fls 22), recurso a esta egrégia Junta em 18 de setembro de 1978 (Registro do Protocolo Geral de fls 14).

Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 29 de agosto de 1978 (Recibo de fls. 13), evidenciando-se assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.

Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Distribua-se e Publique-se.

Brasília-DF, em 04 de abril de 1979.

JOÃO BISPO DOS SANTOS JUNIOR
Presidente

RECURSO VOLUNTARIO Nº 39/79
RECORRENTE - Siares Aparelhos de Som Ltda.
RECORRIDO - Departamento da Receita.

Siares Aparelhos de Som Ltda., irresignada com a sentença de primeira instância prolatada no processo fiscal nº 058403/77, pertinente ao auto de infração nº 0153, ofereceu, via procurador habilitado (doc. fls. 84), recurso a esta egrégia Junta em 23 de janeiro de 1979 (Registro do Protocolo Geral de fls. 74).

Intempestivo é o recurso, eis que, intimado da decisão condenatória em 02 de janeiro de 1979, que recaiu numa terça-feira, o termo recursal passou a fluir dia 03 seguinte, quarta-feira, expirando dia 22, segunda feira, do mesmo mês.

Inobservou-se assim, o cumprimento do prazo previsto no art. 257 da Lei nº 4.191, de 24 de dezembro de 1962, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.

Assim, deixo de receber o recurso, negando seguimento ao feito, no uso da atribuição que me confere o art. 23, inciso XIX, do mesmo diploma legal.

Publique-se.

Brasília-DF., em 04 de abril de 1979.

JOÃO BISPO DOS SANTOS JUNIOR
Presidente

RECURSO VOLUNTÁRIO N° 73/79

RECORRENTE - Pinheiro e Lima Ltda.

RECORRIDO - Departamento da Receita

Pinheiro e Lima Ltda., irresignada com a sentença de primeira instância prolatada no processo fiscal n° 055234/78, pertinente ao auto de infração n° 0452, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 26 de março de 1979 (Registro do Protocolo Geral de fls. 60).

Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 07 de março de 1979 (Recibo de fls. 59), evidenciando-se assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei n° 4.191/62, combinado com os arts, 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.

Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.

Distribua-se e Publique-se.

Brasília-DF., em 10 de abril de 1979.

JOÃO BISPO DOS SANTOS JUNIOR
Presidente

RECURSO VOLUNTÁRIO N° 80/79
RECORRENTE: Elevadores Schindler do Brasil S/A
RECORRIDO: Departamento da Receita

Elevadores Schindler do Brasil S/A, irresignados com a sentença de primeira instância prolatada no processo fiscal n° 057413/79, pertinente ao auto de infração n° 33090, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 28 de março de 1979 (Registro do Protocolo Geral de fls. 15).

Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 24 de março de 1979, (Recibo de fls. 14), evidenciando-se assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei n° 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.

Recebo, pois, o recurso.

Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.

Distribua-se e Publique-se.

Brasília-DF, em 19 de abril de 1979.

JOÃO BISPO DOS SANTOS JURNIOR
Presidente

RECURSO VOLUNTARIO N° 81/79
RECORRENTE: ALFRED ERICH BAUCHSPIESS
RECORRIDO: Departamento da Receita

Alfred Erich Bauchspiess, irresignado com a sentença de primeira instância prolatada no processo fiscal n° 263614/78, pertinente ao auto de infração n° 25290, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 27 de março de 1979 (Registro do Protocolo Geral de fls. 24).

Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 8 de março de 1979 (Recibo de fls 20), evidenciando-se assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei n° 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.

Recebo, pois, o recurso.

Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.

Distribua-se e Publique-se.

Brasília-DF, em 19 de abril de 1979

JOÃO BISPO DOS SANTOS JUNIOR
Presidente

RECURSO VOLUNTÁRIO N° 79/79
RECORRENTE: Dantas & Silva Ltda.
RECORRIDO: Departamento da Receita

Dantas & Silva Ltda., irresignada com a sentença de primeira instância prolatada no processo fiscal n° 055359/78, pertinente ao auto de infração n° 0243, ofereceu, via procurador habilitado (doc. fls. 9), recurso a esta egrégia Junta em 28 de março de 1979 (Registro do Protocolo Geral de fls. 63).

Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 26 de março de 1979 (Recibo de fls. 62), evidenciando-se assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei n° 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.

Recebo, pois, o recurso.

Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.

Distribua-se e Publique-se.

Brasília-DF, em 19 de abril de 1979.

JOÃO BISPO DOS SANTOS JUNIOR
Presidente

RECURSO VOLUNTÁRIO N° 82/79
RECORRENTE: José Alves de Oliveira
RECORRIDO: Secretaria de Saúde

José Alves de Oliveira, irresignado com a sentença de primeira instância prolatada no processo fiscal n° 081453/79, pertinente ao auto de infração n° 1935, ofereceu, via procurador habilitado (doc. fls. 8), recurso a esta egrégia Junta em 02 de abril de 1979 (Registro do Protocolo Geral de fls. 8).

Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 21 de março de 1979, (Recibo de fls. 07), evidenciando-se assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei n° 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.

Recebo, pois, o recurso.

Audiencia prévia da douta Representação da Fazenda.

Distribua-se e Publique-se.

Brasília-DF, em 19 de abril de 1979

JOÃO BISPO DOS SANTOS JUNIOR
Presidente

RECURSO: **Ex Officio** n° 85/79
RECORRENTE: Departamento da Receita
RECORRIDO: Drogaria do Lar Ltda

A autoridade julgadora de Primeira Instância proferindo decisão parcialmente contrária aos interesses da Fazenda, no processo fiscal n° 264259/77, pertinente ao auto de infração n° 34731, recorreu de ofício nos termos do disposto no art. 262 da Lei n° 4.191/62.

Sigam os trâmites.

Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.

Distribua-se e Publique-se.

Brasília-DF, em 22 de abril de 1979

JOÃO BISPO DOS SANTOS JUNIOR
Presidente

RECURSO VOLUNTÁRIO N° 92/79
RECORRENTE: Prolar Imóveis e Construções Ltda
RECORRIDO: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana

Prolar Imóveis e Construções Ltda., irresignada com a sentença de primeira instância prolatada no processo fiscal n° 310513/79, pertinente ao auto de infração n° 12634, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 03 de abril de 1979 (Registro do Protocolo Geral de fls. 08).

Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 20 de março de 1979 (Recibo de fls 06), evidenciando-se assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei n° 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.

Recebo, pois, o recurso.

Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.

Distribua-se e Publique-se.

Brasília-DF, em 26 de abril de 1979

JOÃO BISPO DOS SANTOS JUNIOR
Presidente

RECURSO VOLUNTÁRIO N° 93/79
RECORRENTE: Sandra Marques Pappas
RECORRIDO: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana

Sandra Marques Pappas, irresignada com a sentença de primeira instância prolatada no processo fiscal n° 310378/79, pertinente ao auto de infração n° 15057, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 06 de abril de 1979 (Registro do Protocolo Geral de fls. 12).

Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 27 de março de 1979 (Recibo de fls 09), evidenciando-se assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei n° 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.

Recebo, pois, o recurso.

Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.

Distribua-se e Publique-se

Brasília-DF, em 26 de abril de 1979

JOÃO BISPO DOS SANTOS JUNIOR
Presidente

RECURSO VOLUNTARI N° 87/79
RECORRENTE: Luiz Carlos Rodrigues
RECORRIDO: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana

Luiz Carlos Rodrigues, irresignado com a sentença de primeira instância prolatada no processo fiscal n° 339496/78, pertinente ao auto de infração n° 10607, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 06 de abril de 1979 (Registro do Protocolo Geral de fls. 15).

Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 19 de março de 1979 (Recibo de fls. 12), evidenciando-se assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei n° 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.

Recebo, pois, o recurso.

Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.

Distribua-se e Publique-se.

Brasília-DF, em 26 de abril de 1979

JOÃO BISPO DOS SANTOS JUNIOR
Presidente

RECURSO: **Ex Officio** n° 95/79
RECORRENTE: Departamento da Receita
RECORRIDO: Flávio Ramos

A autoridade julgadora de Primeira Instância proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda, no processo fiscal n° 053828/78, pertinente a reclamação contra lançamento de IPTU/78, recorreu de ofício nos termos do disposto no art. 262 da Lei n° 4.191/62.

Sigam os trâmites.

Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.

Distribua-se e Publique-se

Brasília-DF, 26 de abril de 1979

JOÃO BISPO DOS SANTOS JUNIOR
Presidente

RECURSO VOLUNTARIO N° 89/79
RECORRENTE: Levita de Lima Soares
RECORRIDO: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana

Levita de Lima Soares, irresignada com a sentença de primeira instância prolatada no processo fiscal n° 310418/79, pertinente ao auto de infração n° 14823, ofereceu recurso a esta egrégia Junta, em 03 de abril de 1979 (Registro do Protocolo Geral de fls. 11).

Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 15 de março de 1979 (Recibo de fls 08), evidenciando-se assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei n° 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.

Recebo, pois, o recurso.

Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.

Distribua-se e Publique-se.

Brasília-DF, em 26 de abril de 1979

JOÃO BISPO DOS SANTOS JUNIOR
Presidente

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATOS DO SECRETARIO

PORTARIA Nº 35 DE 27 DE ABRIL DE 1979

O SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 37, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13/05/75, e tendo em vista o disposto no Parecer nº 15/79-CEDF, aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal e o que consta do Processo nº 431297/78-FEDF,

RESOLVE:

1 — Autorizar o funcionamento da Escola Classe 28 de Ceilândia, localizada na EQNN 17/19-Ceilândia- Distrito Federal, unidade escolar da Rede Oficial de Ensino, mantida pela Fundação Educacional do Distrito Federal entidade que integra a Administração Descentralizada do Distrito Federal, vinculada à Secretária de Educação e Cultura do Distrito Federal.

2 — O Estabelecimento deverá oferecer a Educação Pré-Escolar e o Ensino de 1º Grau, da 1ª à 6ª série, de acordo com as normas, currículos e palnejamento anual aprovados para a Rede Oficial de Ensino do Distrito Federal.

3 — Validar os atos escolares praticados pelo Estabelcimento com base nas normas aprovadas para a Rede Oficial de Ensino do Distrito Federal.

4 — O Estabelecimento a que se refere a presente Portaria ficará sujeito à inspeção nos termos da legislação vigente.

Distrito Federal, 27 de abril de 1979

EURIDES BRITO DA SILVA
Secretária de Educação e Cultura

PROCESSO Nº: 004757/79-GDF
INTERESSADO: Secretaria de Educação e Cultura
ASSUNTO: É pela aprovação do Projeto Supervisão - 1979, do DSU-MEC.

HOMOLOGO o Parecer nº 12/79-CEDF, de 21/3/79, aprovado, por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal em sessão plenária da mesma data, cuja conclusão é pela aprovação do Projeto Supervisão - 1979, do Departamento de Ensino Supletivo-MEC, recomendando-se que no tocante à remuneração de seviços pessoais, sejam obedecidas as normas do Governo do Distrito Federal.

Em, 26/04/79

EURIDES BRITO DA SILVA
Secretária de Educação e Cultura

PROCESSO Nº: 028609/78-GDF
INTERESSADO: DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE ENSINO
ASSUNTO: Pela validade da expedição como vem sendo efetuada, nos termos do artigo 1º, inciso III, alínea "b", do Regimento deste Colegiado.

HOMOLOGO o Parecer nº 16/79-CEDF, de 18/04/79, aprovado por unanimidade pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária da mesma data, cuja conclusão é pela validade dos certificados emitidos pelo CESAS, até deliberação contrária do Conselho de Educação do Distrito Federal, que só se efetivará após o cumprimento do disposto no Parecer nº 111/78-CEDF, devendo constar do histórico escolar a menção de que se trata de currículo aprovado nos termos do Art. 1º, inciso III, alínea "b", do Regimento daquele Colegiado, aprovado pelo Decreto nº 2894, de 13/05/75.

Em, 27 de abril de 1979

EURIDES BRITO DA SILVA
Secretária de Educação e Cultura

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 74/79-CD

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 22, inciso VI, do Estatuto da Entidade, e tendo em vista o que consta do processo nº 371708/79-FEDF,

RESOLVE:

«ad referendum» do Conselho Diretor:

1. Aprovar o Plano de Aplicação dos recursos destinados ao «Programa de Educação Ambiental de Ceilândia - PIEA/«Projeto-Centro de Educação Permanente - CEP», no que diz respeito à constituição da estrutura funcional necessária ao desenvolvimento das atividades previstas no Convênio firmado entre o INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPEA e a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL.

2. Determinar que a sua execução fique a cargo do Departamento Geral de Pedagogia da Fundação Educacional, segundo estratégia, recursos, mecanismos e instrumentos constantes do citado Programa/Projeto.

3. Constituir a Equipe de Coordenação, responsável pelo Planejamento, Acompanhamento e Supervisão das atividades básicas do PIEA/CEP, cujos cargos, segundo a quantidade, denominação, retribuição e requisitos para o provimento, ficam assim criados:

Quantidade	Denominação	Retribuição	Requisitos p/ o Provimento
01	Coordenador do PIEA	39.180,00	Especialista ou Pós-Graduado
01	Coordenador do CEP	36.166,80	Especialista ou Pós-Graduado
02	Assessores	22.000,00	2º Grau e experiência na área

4. Do valor atribuido para a retribuição dos cargos criados na forma do item anterior, deverá ser deduzida a importância paga a título de vencimentos, salários ou vantagens, ao técnico que venha a ser designado e que eventualmente mantenha vinculo funcional com o Governo do Distrito Federal.

5. A designação do servidor ocupante de emprego em comissão ou função de confiança na Fundação Educacional, para integrar a Equipe a que se refere o item 3, implicará na imediata dispensa do emprego em comissão ou cargo de confiança ocupado.

6. Fica o Diretor-Executivo da Fundação Educacional do Distrito Federal autorizado a assinar convênios e ajustes integrando órgãos governamentais, tanto locais como federais, interessados na execução do PIEA e CEP, bem como compor as respectivas equipes de Coordenação.

Brasília-DF, 27 de março de 1979

WLADIMIR MURTINHO

RESOLUÇÃO Nº 75/79-CD

A PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 22, inciso VI, do Estatuto da Entidade, e tendo em vista o que consta do processo nº 373167/79-FEDF,

RESOLVE:

«ad referendum» do Conselho Diretor:

1. Autorizar à Diretoria-Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal a desenvolver os estudos necessários á elaboração e ao desenvolvimento do Projeto-Urbanização Comunitária, segundo estratégia, mecanismos e instrumentos constantes do Programa Integrado de Educação Ambiental da Ceilândia.

2. Constituir a Coordenação, responsável pelo Planejamento, Acompanhamento e Execução das atividades básicas do Projeto, cujo cargo, segundo a quantidade, denominação, retribuição e requisitos para o provimento, fica assim criado:

QUANT.	DENOMINAÇÃO	RETRIBUIÇÃO	REQUISITOS P/ PROVIMENTO
01	Coordenador do Projeto-Urbanização Comunitária	36.166,80	Especialista ou Pós-Graduado

3. do valor atribuído para a retribuição do cargo - função criado na forma do item anterior, deverá ser deduzida a importância paga a título de vencimentos, salários ou vantagens ao Técnico que venha a ser designado e que eventualmente mantenha vínculo funcional com o Governo do Distrito Federal.

4. A designação do servidor ocupante de emprego em comissão ou função de confiança na Fundação Educacional, para integrar a Coordenação a que se refere o item 2, implicará na imediata dispensa do emprego em comissão ou cargo de confiança ocupado.

5. Determinar que as despesas orçamentárias decorrentes do projeto de que trata esta Resolução, no que diz respeito à retribuição das função de Coordenação e de consultoria, corram à conta dos recursos oriundos do Convênio FNDU nº 83/79.

6. Fica a Coordenação do Projeto de Urbanização Comunitária subordinada ao Departamento Geral de Pedagogia e, vinculada ao Departamento Geral de Administração, para fim de desenvolvimento das funções inerentes ao processo administrativo.

7. Para o cumprimento do disposto nesta Resolução, deverá a Coordenação do Projeto-Urbanização Comunitária articular-se com todas as unidades orgânicas que integram a estrutura formal da Fundação Educacional, como também com os órgãos da Secretaria de Educação e Cultura e outros organismos, com envolvência no problema, desde que observadas as disposições estatutárias e regimentais.

8. As atividades básicas, pertinentes ao Projeto de Urbanização Comunitária, serão definidas por ato a ser baixado pelo Diretor-Executivo da Fundação Educacional do Distrito Federal.

9. Fica o Diretor-Executivo da Fundação Educacional do Distrito Federal autorizado a assinar convênios e ajustes integrando órgãos governamentais, tanto locais como federais, interessados na execução do Programa Integrado de Educação Ambiental da Ceilândia/Projeto de Urbanização Comunitária, bem como compor a equipe de Coordenação, incluindo-se os serviços de consultoria, na forma determinada por esta Resolução.

Brasília-DF, 11 de abril de 1979

EURIDES BRITO DA SILVA

RESOLUÇÃO Nº 77/79-CD

A PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 22, inciso VI, do Estatuto da Entidade, e tendo em vista o que consta do processo nº 427792/78-FEDF,

RESOLVE:

«ad referendum» do Conselho Diretor:

1. Aprovar o primeiro termo aditivo ao convênio nº 006/78 celebrado em 12 de julho de 1978, entre a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL e a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, cujo objeto é desenvolver atividades e meios educacionais, visando a melhoria das condições sócio - culturais e econômicas da comunidade da Ceilândia-DF.

2. O termo aditivo de que trata o item anterior, tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do ajuste principal até 12 de julho de 1979.

Brasília-DF, 11 de abril de 1979

EURIDES BRITO DA SILVA

RESOLUÇÃO Nº 79/79-CD

A PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 22, inciso VI, do Estatuto da Entidade, e tendo em vista o que consta do processo nº 371847/79-FEDF,

RESOLVE:

«ad referendum» do Conselho Diretor:

Aceitar a doação pura e simples que o ROTARY CLUB DE SOBRADINHO faz à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, de um veículo marca Volkswagen, tipo kombi, ano de fabricação 1978, cor branca, motor BZ 121878, Chassi BH 533380, 58HP, no valor de Cr$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros), destinada ao transporte de excepcionais do Ensino Especial de Sobradinho, Distrito Federal.

Brasília-DF, 19 de abril de 1979

EURIDES BRITO DA SILVA

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

DIVISAO DE ADMINISTRAÇAO GERAL

SEÇÃO DE PESSOAL

ATOS DO CHEFE

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

NOME: Jurema Irileia Martins Padilha
MAT. 8.811
PERIODO: 03 a 10.04.79
ATESTADO Nº 1242/79-SM

NOME: Laura Alves Ribeiro
MAT. 974
PERIODO: 01.04 a 01.08.79
LAUDO Nº 1356/79-SM

NOME: Orlando Lasse
MAT. 10.221
PERIODO: 24.4 a 11.05.79

SALARIO FAMILIA - DEFERIDO

SERVIDOR: Mábir Santos Werneck
MATR. 19.534
DESPACHO: Concedo salário-família a servidora pelos dependentes Juliana Santos Werneck, filha nascida em 30.12.73, Kátia Santos Werneck, filha, nascida em 09.07.71 e Carlos Eduardo Santos Werneck, filho, nascido em 30 de novembro de 1967, conforme documentação apresentada. Autorizo o pagamento a partir de abril/79.

EDINITE ISMAEL DOS SANTOS CIRINO
Chefe da Seção de Pessoal

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

ATOS DO PRESIDENTE

INSTRUÇÃO DE 4 DE ABRIL DE 1979

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Designar a partir desta data, a servidora Cleide Vêncio Teles Matos, Psicóloga, Matrícula 141 da TEC para responder pelo EC-06, de Assistente Técnico do Núcleo de Planejamento, enquanto o titular, José Antônio Soares, estiver respondendo pela Chefia da Divisão de Recursos Econômico e Financeiro do Departamento de Apoio Administrativo desta Fundação.

Brasília, 4 de abril de 1979

DAVID LUIZ BOIANOVSKY
Diretor Presidente

INSTRUÇÃO DE 19 DE ABRIL DE 1979

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar, a partir desta data, a servidora CARMEM APARECIDA GORENSTEIN, Assistente Social, nível 41, Matrícula 695 da TEP, para exercer o emprego em comissão símbolo EC-05, de assessor do Centro de Desenvolvimento Social do Núcleo Bandeirante, desta Fundação.

Brasília, 19 de abril de 1979

DAVID LUIZ BOIANOVSKY
Diretor Presidente

INSTRUÇÃO DE 19 DE ABRIL DE 1979

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DODISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Dispensar, a partir desta data, a servidora CARMEM APARECIDA GORENSTEIN, Assistente Social, nível 41, Matrícula 695 da TEP, do emprego em comissão símbolo EC-03, de Assessor do Departamento de Apoio Administrativo, desta Fundação.

Brasília, 19 de abril de 1979

DAVID LUIZ BOIANOVSKY
Diretor Presidente

INSTRUÇÃO DE 20 DE ABRIL DE 1979

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Dispensar, a partir desta data, EDNOR PEREIRA VIANA, Auxiliar Administrativo, nível 30, Matrícula 68 da TEP, do emprego em comissão símbolo EC-08, de Encarregado de Administração do Centro de Desenvolvimento Social de Brasília, desta Fundação.

Brasília, 20 de abril de 1979

DAVID LUIZ BOIANOVSKY
Diretor Presidente

INSTRUÇÃO DE 23 DE ABRIL DE 1979

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar, a partir desta data, SEBASTIÃO ALVES ALVIM, para exercer o emprego em comissão símbolo EC-08, de Encarregado de Administração do Centro de Desenvolvimento Social de Brasília, desta Fundação.

Brasília, 23 de abril de 1979

DAVID LUIZ BOIANOVSKY
Diretor Presidente

CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO Nº 18/79

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e,

Considerando a doação de bens móveis pelo Banco Regional de Brasília S/A à Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, para melhor equipar as Unidades desta Fundação;

Considerando o parecer favorável da Assessoria Jurídica, exarado às fls. 06;

Considerando o constante do artigo 18, Inciso XI do Estauto da FSSDF;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

RESOLVE:

Autorizar a aceitação pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, de bens móveis, doados pelo Banco Regional de Brasília S/A, conforme processo nº 440.267/79.

Brasília, 09 de abril de 1979

DAVID LUIZ BOIANOVSKY
Presidente

GLAUCIA MARINHO SOUTO

JOSE EDUARDO CARREIRA ALVIM

VITAL DE MORAES ANDRADE

LEDA DEL CARO PAIVA

JOSE GERALDO DE SOUSA JUNIOR

RESOLUÇÃO Nº 19/79

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e,

Considerando o interesse da FSSDF em melhor dotar, materialmente, suas Unidades e as Instituições Sociais e, levando-se em conta a doação do material do Banco do Brasil S/A a esta Entidade;

Considerando o constante do artigo 18, inciso XI do Estatuto da FSSDF; e,

Considerando tudo o mais que dos autos consta:

RESOLVE:

Autorizar o Diretor-Presidente da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal a receber, em doação, o material do Banco do Brasil S/A discriminado às folhas 02, do Processo FSSDF nº 440.287/79.

Brasília, 09 de abril de 1979

DAVID LUIZ BOIANOVSKY
Presidente

GLAUCIA MARINHO SOUTO

JOSE EDUARDO CARREIRA ALVIM

VITAL DE MORAES ANDRADE

LEDA DEL CARO PAIVA

JOSE GERALDO DE SOUSA JUNIOR

SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL - LTDA - SHIS

ATOS DO SUPERINTENDENTE

INSTRUÇÃO DE 23.04.79-010-SHIS

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA SHIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno,

RESOLVE:

DESIGNAR os engenheiros LOURIVAL DE SOUZA FIGUEIREDO, JOSE EDUARDO CORDEIRO DE MELO, ELIANI DE OLIVEIRA CLEMENTE, os Arquitetos AFRÂNIO LOBO e POMPEU POMPERMAYER NETO e os Técnicos em Edificação JOSÉ TELLES FILHO e PEDRO DE SOUZA DIAS, para, sob a presidencia do primeiro, constituirem uma Comissão destinada a proceder uma vistoria nos apartamentos do Bloco "A", da SQS 203, apresentando relatório circunstanciado, expondo o estado de conservação de cada unidade, os reparos necessários, previsão das despesas para restauração e prazo que decorrerá para se colocar o edifício em condições de habitalidade.

Dê-se ciencia e cumpra-se

Brasilia, 23 de abril de 1979

JOSÉ CARLOS BARCELLOS EHLERS
Diretor Superintendente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 174/79-C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA- TERCEIRA Capítulo III, Título III do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"I — INDEFERIR, por unanimidade, a solicitação de HORADIA GOMES DA SILVA — Processo nº 147.750/79

II — INDEFERIR, por unanimidade, as solicitações de BARBARA MARIA XAVIER — Processo nº 035.866/75, ZENAIDE FERREIRA MAIA — Processo nº 099.056/77, IRACEMA MACEDO ARAÚJO — Processo nº 106.138/78 e ANTONINHO MARTINEZ ROCHA — Processo nº 134.456/78, mantendo as decisões anteriores".

Brasília, 07 de março de 1979

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro-Relator

DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro

RESOLUÇÃO Nº 182/79-C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA.-SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE :

"INDEFERIR, por unanimidade, as solicitações de LUIZ ANTONIO COSTA - Processo nº 147.772/79, REGINA FORTES - Processo nº 148.267/79, EUNICE VIEIRA DE LIMA, SEBASTIÃO PEREIRA DE MORAIS, MARIA IRACEMA SILVA e NILCE OLAVO DOS SANTOS - Processo nº 147.825/79".

Brasília, 09 de março de 1.979

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

CARLOS BLACK PEREIRA
Conselheiro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Conselheiro

ROBERTO PIRES BARBOSA
Conselheiro

HUGO SCHMIDT
Conselheiro

DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Conselheiro-Relator

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Conselheiro

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

ATOS DO SECRETARIO

PORTARIA-SVO, Nº 04 DE 30 DE ABRIL DE 1 979

O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS, no uso das atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 7º, Capítulo II, das Normas de Execução Orçamentária e Financeira no Exercício de 1 979, aprovadas pelo Decreto nº 4.515 de 28 de dezembro de 1 978.

R E S O L V E :

Ficam alterados na forma dos quadros anexos, os valores destacados pela Portaria nº 03 de 11 de abril de 1 979.

Brasília, 30 de abril de 1 979

JOSÉ CARLOS MELLO
Secretário de Viação e Obras

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 04 DE 30 DE ABRIL DE 1 979

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
ÓRGÃO CENTRALIZADOR DA DESPESA: DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO - SEA

PROJETOS E / OU ATIVIDADES - ELEMENTOS	ANTERIOR	ALTERAÇÃO	ATUAL	TOTAL
SVO/2.048 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Viação e Obras				
- Pessoal e Encargos Sociais	18.000.000	+ 1.150.000	19.150.000	19.150.000

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 04 DE 30 DE ABRIL DE 1 979

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
ÓRGÃO CENTRALIZADOR DA DESPESA : DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE - CSM

PROJETOS E/ OU ATIVIDADES - ELEMENTOS	ANTERIOR	ALTERAÇÃO	ATUAL	TOTAL
SVO/2.048 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Viação e Obras				
3.1.2.0 - Material de Consumo	100.000	-	100.000	
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente	250.000	-	250.000	350.000

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 04 DE 30 DE ABRIL DE 1 979

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
ÓRGÃO CENTRALIZADOR DA DESPESA : SEÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - DAG/SVO

PROJETOS E/ OU ATIVIDADES - ELEMENTOS	ANTERIOR	ALTERAÇÃO	ATUAL	TOTAL
SVO/2.048 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Viação e Obras				
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros e Encargos				
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos	250.000	-	250.000	250.000
SVO/2.087 - Conservação de Prédios e Próprios do Poder Público				
4.1.1.0 - Obras Públicas	900.000	-	900.000	900.000
SVO/2.088 - Conservação de Áreas Ajardinadas do Plano Piloto e Setores				
4.1.1.0 - Obras Públicas	7.500.000	-	7.500.000	7.500.000
SVO/2.089 - Conservação de Áreas Urbanizadas do Plano Piloto e Setores				
4.1.1.0 - Obras Públicas	5.400.000	-	5.400.000	5.400.000
SVO/1.098 - Parque e Recreação				
4.1.1.0 - Obras Públicas	900.000	-	900.000	900.000
SVO/1.100 - Implantação de Áreas Ajardinadas				
4.1.1.0 - Obras Públicas	2.350.000	-	2.350.000	2.350.000
SVO/1.101 - Implantação de Vias e Obras Complementares de Urbanização				
4.1.1.0 - Obras Públicas	7.350.000	+2.175.000	9.525.000	9.525.000
DER/2.809 - Manutenção das Atividades do Dep.de Estradas de Rodagem do DF				
3.2.1.1 - Transferências Operacionais				
01 - Pessoal e Encargos Sociais	15.907.000		15.907.000	
02 - Outras Despesas Correntes	9.000.000	-	9.000.000	24.907.000
DER/1.812 - Recuperação Conservação e Melhoramento das R.do P.Rodoviário				
4.3.1.1 - Auxílio para Despesas de Capital				
01 - Auxílios Para Investimentos	1.000.000	-	1.000.000	1.000.000

PORTARIA SVO, 02 DE MAIO DE 1979

O SECRETARIO DE VIAÇÃO E OBRAS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 61, do Regimento aprovado através do Decreto nº 3286, de 16 de junho de 1976 e face ao Decreto nº 3466 de 07 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

Excluir da relação a que se refere a Portaria SVO, de 14 de janeiro de 1977, publicada no Diário Oficial do DF, nº 12 de 18 de janeiro de 1977, o servidor EDUINO ALVES DE OLIVEIRA, matrícula nº 15.922, Motorista Oficial Classe «B» Código TP-601.5, a partir da presente data.

Distrito Federal, 02 de maio de 1979

JOSÉ CARLOS MELLO
Secretário de Viação e Obras

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

SEÇÃO DO PESSOAL

ATOS DO CHEFE

INTERESSADO: CICERO MATOS DE SOUZA — Mat. 16.271
ASSUNTO: Cancelamento salário família
DESPACHO: Cancela ben. sal.-fam. pelo dependente CARLOS ANTONIO MOREIRA DE MATOS, filho, por ter sido incorporado no Exército Brasileiro, a partir de março do ano em curso, conforme Certificado apresentado.

Brasília, 23 de abril de 1979

AMÉLIA DOS PASSOS LIMA DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal
DAG/SVO

INTERESSADO: PEDRO BRAGA FILHO - Mat. 02.238
ASSUNTO: Cancelamento salário família
DESPACHO: Cancela ben. sal. - fam. pela dependente ALDA BRAGA, esposa, em face de seu falecimento ocorrido em 15.04.79, conforme Certidão de Óbito nº 06.142, apresentada nesta Seção.

INTERESSADO: JOSÉ QUEIROZ IRMÃO - Mat. 09.690
ASSUNTO: Cancelamento salário família
DESPACHO: Cancela ben. sal.-fam. pelo dependente JOSÉ DOUGLAS DE QUEIROZ, filho, em virtude do mesmo ter renda própria, a partir de fevereiro do ano em curso, conforme declaração apresentada.

INTERESSADO: ELI BUSSINGUER - Mat. 11.410
ASSUNTO: Cancelamento salário família
DESPACHO: Cancela ben. sal.-fam. pela dependente FRANCIS D'ANE BUSSINGER, filha, a partir de janeiro/78, por ter contraido matrimônio conforme certidão de Casamento apresentada.

INTERESSADO: JÚLIO VIEIRA DA PALMA - Mat. 14.717
ASSUNTO: Cancelamento salário família
DESPACHO: Cancela ben. sal. fam. pela dependente GISEL DA LIMA DA PALMA. filha, a partir de janeiro do ano em curso, por ter contraido matrimônio, conforme Certidão de Casamento apresentada

INTERESSADO: RIVALDO FELIX DE AMARO - Mat. 09.290
ASSUNTO: Concessão salário família
DESPACHO: Concedo ben. sal.-fam. pelo dependente RIVALDO FELIX DE AMARO JUNIOR, filho, nascido em 23.02.79, nos termos do artigo 138 da Lei nº 1.711/52, a partir de fevereiro do ano em curso

INTERESSADO: ILÍDIO DA SILVA COUTINHO - Mat. 09.786
ASSUNTO: Concessão salário família
DESPACHO: Concedo ben. sal.-fam. pelo dependente ILÍDIO JOSÉ BONFIM COUTINHO, filho nascido em 28.12.77, nos termos do artigo 138 da lei nº 1.711/52, a partir de janeiro do ano em curso. O pagamento anterior deverá ser requerido por exercício findo.

Brasília, 23 de abril de 1979

AMÉLIA DOS PASSOS LIMA DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal
DAG/SVO

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

ATOS DO SUPERINTENDENTE

INSTRUÇÃO DE 15 DE FEVEREIRO DE 1979

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 22, item IX, do Estatuto Social da Empresa e tendo em vista o constante do processo nº 467239/79,

RESOLVE:

DISPENSAR, a partir de 16.02.79, o servidor TAGORE JOSÉ DE ARAUJO E SOUSA, matrícula nº 42.898, Comissionado, do Emprego em Comissão símbolo EC-09 de Encarregado da Comissão Permanente de Sindicância do Serviço de Transportes do Departamento Administrativo/DA.

Brasília, 15 de fevereiro de 1979

Engº PAULO JANOT BORGES
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 16 DE FEVEREIRO DE 1979

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 22, item IX, do Estatuto Social da Empresa,

RESOLVE:

TRANSFERIR, a servidora MARIA DO CARMO SILVA RAIMUNDO, matrícula nº 51.364, Agente Administrativo SA-501.2 - Ref. 24, da Divisão de Serviços Gerais/DEPA/DA para UG - Secretaria Geral - GS, nos termos da Instrução nº 419, de 15.03.74.

Brasília, 16 de fevereiro de 1979

Engº PAULO JANOT BORGES
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 19 DE ABRIL DE 1979

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 22, item VIII, do Estatuto Social da Empresa,

RESOLVE:

DISPENSAR, a partir desta data, o servidor HÉLIO SESSO, matrícula nº 42.730, Engenheiro NS-407.E - Ref. 54, do Emprego em Comissão, símbolo EC-03, de Chefe da Divisão Técnica, da Diretoria de Edificações.

Brasília, 19 de abril de 1979

Arqtº EDISON GROSSI DE ANDRADE
Diretor Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATOS DO SECRETARIO

PORTARIA Nº 124 DE 30 DE ABRIL DE 1979

O SECRETARIO DE SERVIÇOS PUBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 30, inciso V, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.933, de 27 de junho de 1975,

RESOLVE:

1. Designar a Bacharela em Direito SONIA LYDIA SIMON, matrícula nº 09.085, ocupante do cargo de Assessor, código DAS-102.1, para presidir a Comissão Apuradora de Reclamações contra infrações aos regulamentos de táxis, transportes coletivos e bancas de jornais e revistas, constituida pela Portaria nº 007, de 18 de janeiro de 1977.

2. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada, no que couber, a de 18 de janeiro de 1977, e demais disposições em contrário.

Distrito Federal, 30 de abril de 1979

JOSE GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos

PORTARIA DE 03 DE MAIO DE 1979

O SECRETARIO DE SERVIÇOS PUBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30, inciso V, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.933, de 27 de junho de 1975, e tendo em vista o O.I. nº 030/79-SEGAB-SSP, de 30 de abril de 1979,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos da alínea «a» ,, do artigo 21, do Decreto nº 2.951, de 22 de julho de 1975, o servidor AMADEU MATTOS DA SILVA, Agente Administrativo, Classe «B», Código SA-401.3, matrícula nº 2.345, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir, no período de 07.05.79 a 05.06.79, o Chefe da Seção de Expediente do Gabinete desta Secretaria, Símbolo FC-06, por motivo de férias regulamentares.

Distrito Federal, 03 de maio de 1979

JOSE GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos

PROCESSO Nº: 09.975/79
INTERESSADO: TELECOMUNICAÇÕES DE BRASILIA S/A - TELEBRASILIA
ASSUNTO: Requer pagamento de fatura, no valor de Cr$921,09

Com base na competência estabelecida no inciso II, § 2º, artigo 40 do Decreto nº 4.515, de 28 de dezembro de 1978, RECONHEÇO A DIVIDA, no valor de Cr$ 921,09 (novecentos e vinte e um cruzeiros e nove centavos), em favor da TELECOMUNICAÇÕES DE BRASILIA S/A - TELEBRASILIA, referente à fatura nº 0400/79, constante do presente processo, nos termos do inciso II, § 1º, artigo 40 do Decreto supramencionado, combinado com o inciso III, parágrafo único, artigo 1º do Decreto nº 62.115, de 15 de janeiro de 1968.

Brasília, 30 de abril de 1979

JOSE GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

CONSELHO DELIBERATIVO

PROCESSO Nº: 625834/78-FZ
INTERESSADO: EDBERTO LOPES DOS SANTOS
ASSUNTO: Requer o arrendamento do lote nº 215 do Núcleo Rural de Tabatinga.
RELATOR: ADALBERTO BRANDÃO VENTURA

RESOLUÇÃO Nº 113

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 270ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuídas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do Processo, Conselheiro ADALBERTO BRANDÃO VENTURA,

RESOLVE:

Autorizar o arrendamento do lote nº 215 do Núcleo Rural de Tabatinga, ao Sr. EDBERTO LOPES DOS SANTOS, nos termos do Decreto nº 2.739/74.

ALCEU SANCHES
Presidente

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

PROCESSO Nº : 450036/79-FZ
INTERESSADO : JOSÉ VIEIRA DE MATOS
ASSUNTO : Requer o arrendamento do lote nº 24 da Colônia Agrícola Capão Seco.
RELATOR : ADALBERTO BRANDÃO VENTURA

RESOLUÇÃO Nº 114

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 270ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto , e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuídas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974 ;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro ADALBERTO BRANDÃO VENTURA,

RESOLVE :

Autorizar o arrendamento do lote nº 24 da Colônia Agrícola Capão Seco, ao Sr. JOSE VIEIRA DE MATOS, nos termos do Decreto nº 2.739/74

ALCEU SANCHES
Presidente

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

PROCESSO Nº: 450404/79-FZ
INTERESSADO: ARLINDO GETULIO GOLFETTO
ASSUNTO: Requer isenção de pagamento relativo ao arrendamento do módulo nº 01 - Area "A" PAD/DF.
RELATOR: ADALBERTO BRANDÃO VENTURA

RESOLUÇÃO Nº 116

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 270ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item XIX, do artigo 18 do Estatuto, e, tendo em vista a Resolução nº 38 de 30.01.78, deste Colegiado,

RESOLVE:

Isentar o Senhor ARLINDO GETULIO GOLFETTO do pagamento relativo ao arrendamento do módulo nº 01 - Area "A" do Programa de Assentamento Dirigido - PAD/-DF, por um período de 12 meses, a partir de 1º de maio de 1979.

ALCEU SANCHES
Presidente

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

PROCESSO Nº : 450038/79-FZ
INTERESSADO : VALDIVINO NERES SANTANA
ASSUNTO : Requer o arrendamento do lote nº 31 da Agrovila da Colônia Agrícola Capão Seco.
RELATOR : ADALBERTO BRANDÃO VENTURA

RESOLUÇÃO Nº 115

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 270ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuídas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro ADALBERTO BRANDÃO VENTURA,

RESOLVE :

Autorizar o arrendamento do lote nº 31 da Agrovila da Colônia Agrícola Capão Seco, ao Sr. VALDIVINO NERES SANTANA, nos termos do Decreto nº 2.739/74.

ALCEU SANCHES
Presidente

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

PROCESSO Nº: 450033/79-FZ
INTERESSADO: Congregação Cristã no Brasil
ASSUNTO: Requer o arrendamento do lote nº 38 da Agrovila da Colônia Agrícola Capão Seco.

RELATOR: Umberto Mancebo de Araujo

RESOLUÇÃO Nº 120

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 270ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuídas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO,

RESOLVE:

Autorizar o arrendamento do lote nº 38 da Agrovila da Colônia Agrícola Capão Seco, à CONGREGAÇÃO CRISTÃ NO BRASIL, nos termos do Decreto nº 2.739/74.

ALCEU SANCHES
Presidente

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

PROCESSO Nº : 621408/78-FZ
INTERESSADO : JOSE VIEIRA SANDES
ASSUNTO : Requer o arrendamento do lote nº 23 da Colônia Agrícola Ponte Alta.
RELATOR : UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO

RESOLUÇÃO Nº 121

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 270ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX , do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuídas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto , manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando , finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO,

RESOLVE :

Autorizar o arrendamento do lote nº 23 da Colônia Agrícola Ponte Alta, ao Sr. JOSE VIEIRA SANDES, nos termos do Decreto nº 2.739/74.

ALCEU SANCHES
Presidente

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

PROCESSO Nº : 450308/79-FZ
INTERESSADO : CICINATO JOSE SOL
ASSUNTO : Requer o arrendamento do lote nº 04 da Colônia Agrícola Buriti Vermelho.
RELATOR : UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO

RESOLUÇÃO Nº 122

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 270ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuídas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974 ;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando, finalmente , o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO,

RESOLVE :

Autorizar o arrendamento do Lote nº 04 da Colônia Agrícola Buriti Vermelho, ao Sr. CICINATO JOSE SOL, nos termos do Decreto nº 2.739/74.

ALCEU SANCHES
Presidente

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

PROCESSO Nº: 626094/78-FZ
INTERESSADO: NELSON KERBER
ASSUNTO: Requer isenção de pagamento relativo ao arrendamento do módulo nº 06 - Area "A" PAD/DF.
RELATOR: UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO

RESOLUÇÃO Nº 123

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 270ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item XIX, do artigo 18 do Estatuto, e, tendo em vista a Resolução nº 38, de 30.01.78, deste Colegiado.

RESOLVE:

Isentar o Senhor NELSON KERBER do pagamento relativo ao arrendamento do módulo nº 06 - Area "A" do Programa de Assentamento Dirigido - PAD/DF, por um período de 12 meses, a partir de 1º de maio de 1979.

ALCEU SANCHES
Presidente

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

PROCESSO Nº: 451265/79-FZ
INTERESSADO: CASA DO CANDANGO
ASSUNTO: Solicita doação de mudas
RELATOR: UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO

RESOLUÇÃO Nº 124

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 270ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item XIX, do artigo 18 do Estatuto,

RESOLVE:

Autorizar a doação de 300 (trezentas) mudas de ciprestes à CASA DO CANDANGO.

ALCEU SANCHES
Presidente

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

PROCESSO Nº: 626067/78-FZ
INTERESSADO: RACHEL SALUSTIANO BOTELHO
ASSUNTO: Requer o arrendamento do lote nº 65 do Núcleo Rural do Rio Preto.

RELATOR: RUY DE ARAUJO CALDAS

RESOLUÇÃO Nº 127

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 270ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuídas pelo Decreto nº 2.739,, de 16 de outubro de 1974;

considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do Processo, Conselheiro RUY DE ARAUJO CALDAS,

RESOLVE:

Autorizar o arrendamento do lote nº 65 do Núcleo Rural do Rio Preto, à Sra. RACHEL SALUSTIANO BOTELHO, nos termos do Decreto nº 2.739/74.

ALCEU SANCHES
Presidente

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

PROCESSO Nº : 450805/79-FZ
INTERESSADO : JOÃO CARLOS ZOGHBI
ASSUNTO : Requer a transferência do Contrato de arrendamento do lote nº 05 do Núcleo Rural de Santa Maria.
RELATOR : RUY DE ARAUJO CALDAS

RESOLUÇÃO Nº 130

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 270ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX , do artigo 18 do Estatuto , e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuídas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando,finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro RUY DE ARAUJO CALDAS,

RESOLVE :

Autorizar a transferência do Contrato de arrendamento do lote nº 05 do Núcleo Rural de Santa Maria, de João Zoghbi para JOÃO CARLOS ZOGHBI, conforme o disposto no artigo 19 do Decreto nº 2.739/74.

ALCEU SANCHES
Presidente

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

PROCESSO N°: 626226/78-FZ
INTERESSADO: ANTON TASCHELMAYER
ASSUNTO: Requer isenção de pagamento relativo ao arrendamento do módulo n° 05 - Area "A" PAD/DF
RELATOR: RUY DE ARAUJO CALDAS

RESOLUÇÃO N° 131

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 270ª Sessão Ordinária e usando da Competência que lhe confere o item XIX, do Artigo 18 do Estatuto, e, tendo em vista a Resolução n° 38 de 30.01.78, deste Colegiado,

RESOLVE:

Isentar o Senhor ANTON TASCHELMAYER do pagamento relativo ao arrendamento do módulo n° 05 - Area "A" do Programa de Assentamento Dirigido - PAD/DF, por um período de 12 meses, a partir de 1° de maio de 1979.

ALCEU SANCHES
Presidente

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

PROCESSO N° : 450044/79-FZ
INTERESSADO : ALDORANDO FERREIRA DOS SANTOS
ASSUNTO : Requer o arrendamento do lote n° 17 da Agrovila da Colônia Agrícola Capão Seco.
RELATOR : JOÃO ALCIDES HOMAR

RESOLUÇÃO N° 133

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 270ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuídas pelo Decreto n° 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro JOÃO ALCIDES HOMAR,

RESOLVE :

Autorizar o arrendamento do lote n° 17 da Agrovila da Colônia Agrícola Capão Seco, ao Sr. ALDORANDO FERREIRA DOS SANTOS, nos termos do Decreto n° 2.739/74.

ALCEU SANCHES
Presidente

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

PROCESSO N°: 450642/79-FZ
INTERESSADO: LEA SAYÃO CARVALHO ARAÚJO
ASSUNTO: Requer o arrendamento do lote n° 194 do Núcleo Rural de Tabatinga.
RELATOR: JOÃO ALCIDES HOMAR

RESOLUÇÃO N° 134

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 270ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuídas pelo Decreto n° 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro JOÃO ALCIDES HOMAR,

RESOLVE:

Autorizar o arrendamento do lote n° 194 do Núcleo Rural de Tabatinga, à Sra LEA SAYÃO CARVALHO ARAUJO, nos termos do Decreto n° 2.739/74.

ALCEU SANCHES
Presidente

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

PROCESSO N°: 450048/79-FZ
INTERESSADO: EMIDIO MONTEIRO GUIMARÃES
ASSUNTO: Requer o arrendamento do lote n° 09 da Agrovila da Colônia Agrícola Capão Seco.
RELATOR: JOÃO ALCIDES HOMAR

RESOLUÇÃO N° 135

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 270ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuídas pelo Decreto n° 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro JOÃO ALCIDES HOMAR,

RESOLVE:

Autorizar o arrendamento do lote n° 09 da Agrovila da Colônia Agrícola Capão Seco, ao Sr. EMIDIO MONTEIRO GUIMARÃES, nos termos do Decreto n° 2.739/74.

ALCEU SANCHES
Presidente

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

PROCESSO N°: 624648/78-FZ
INTERESSADO: JOSE FERREIRA DE ARAUJO FILHO
ASSUNTO: Requer o arrendamento do lote n° 193 do Núcleo Rural de Tabatinga.
RELATOR: JOÃO ALCIDES HOMAR

RESOLUÇÃO N° 136

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 270ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuídas pelo Decreto n° 2.739, de 16 de outubro de 1974,

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro JOÃO ALCIDES HOMAR,

RESOLVE:

Autorizar o arrendamento do lote n° 193 do Núcleo Rural de Tabatinga, ao Sr. JOSE FERREIRA DE ARAUJO FILHO, nos termos do Decreto n° 2.739/74.

ALCEU SANCHES
Presidente

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

PROCESSO N° : 450248/79-FZ
INTERESSADO: CORNELIO LIMA FILHO
ASSUNTO: Requer a transferência do Contrato de arrendamento do lote n° 124 do Núcleo Rural de Tabatinga.
RELATOR: JOÃO ALCIDES HOMAR

RESOLUÇÃO N° 138

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 270ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuídas pelo Decreto n° 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro JOÃO ALCIDES HOMAR,

RESOLVE:

Autorizar a transferência do Contrato de arrendamento do lote n° 124 do Núcleo Rural de Tabatinga, de Manoel Ferreira para CORNELIO LIMA FILHO, conforme o disposto no artigo 19 do Decreto n° 2.739/74.

ALCEU SANCHES
Presidente

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER - DF

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO N°: 605102/79

INTERESSADO: Diretoria da EMATER-DF

ASSUNTO: Submete à aprovação o reajuste salarial do Pessoal

RELATOR: Daniel Marques de Souza

RESOLUÇÃO N°: 012

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TECNICA DE EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL, em sua 2a. (segunda) Reunião Extraordinária, usando da competência que lhe é conferida pelo artigo 30, inciso VIII, do Estatuto da Empresa, aprovado pelo Decreto n° 4141, de 07 de abril de 1978,

RESOLVE:

Aprovar o reajuste salarial, da ordem de 40% (quarenta por cento), para os Empregos Permanentes e Empregos em Comissão da EMATER-DF, a partir de 1° de março de 1979, conforme anexos I, II e III deste processo.

ALCEU SANCHES
Presidente

MIGUEL JOSÉ AFONSO NETO
Conselheiro

JULIO QUIRINO DA COSTA
Conselheiro

ANDRES TRONCOSO VILAS
Conselheiro

GLAUCO OLINGER
Conselheiro

MARÇAL SALVADOR DE ARAUJO FERRAZ
Conselheiro

DANIEL MARQUES DE SOUZA
Conselheiro

PROCESSO N°: 605093/79

INTERESSADO: DIRETORIA DA EMATER-DF

ASSUNTO: Submete à aprovação as remunerações da Diretoria
RELATOR: JÚLIO QUIRINO DA COSTA

RESOLUÇÃO N° 013

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL, em sua 2ª (segunda) Reunião Extraordinária, usando da competência que lhe é conferida pelo artigo 30, inciso XIV do Estatuto da Empresa, aprovado pelo Decreto n° 4141, de 07 de abril de 1978,

RESOLVE:

a) Submeter à aprovação do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal as remunerações do Presidente e dos Diretores da EMATER-DF, nos percentuais de 90 e 85% respectivamente, dos vencimentos e representação de Secretários de Estado do Distrito Federal, de conformidade com o disposto no artigo 35, do Estatuto.

ALCEU SANCHES
Presidente

MIGUEL JOSÉ AFONSO NETO
Conselheiro

JULIO QUIRINO DA COSTA
Conselheiro

ANDRES TRONCOSO VILAS
Conselheiro

GLAUCO OLINGER
Conselheiro

MARÇAL SALVADOR DE ARAUJO FERRAZ
Conselheiro

DANIEL MARQUES DE SOUZA
Conselheiro

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATOS DO SECRETARIO

PORTARIA Nº 180, DE 17 DE ABRIL DE 1979

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 2º, do Decreto nº 2.934, de 30 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta no Processo nº 111/79-SCDP/SEP,

RESOLVE:

Conceder à firma JUCELINO DE SOUZA SANTOS, (BAR E SNOOKER COPA DO MUNDO), estabelecida na Quadra 01-Lote 12 Brazlândia-DF, REGISTRO para funcionar com «SINUCA» naquele local, no horário de 08:00 às 24:00 horas, enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1980

Distrito Federal, 17 de abril de 1979

PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA
Secretário de Segurança Pública
(DAR-03.04.79 - Cr$ 125,00)

PORTARIA Nº 182, DE 17 DE ABRIL DE 1979

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 2º, do Decreto nº 2.934, de 30 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta no Processo nº 114/79-SCDP/SEP,

RESOLVE:

Conceder à firma NEY CARDOSO DE OLIVEIRA, estabelecida na Quadra 20 - Lote 01 - Brazlândia - DF, REGISTRO para funcionar com «SINUCA» naquele local, no horário de 08:00 às 24:00 horas, enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1980

Distrito Federal, 17 de abril de 1979

PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA
Secretário de Segurança Pública
(DAR-10.04.79 - Cr$ 125,00)

PORTARIA Nº 185, DE 18 DE ABRIL DE 1979

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 2º, do Decreto nº 2.934, de 30 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta no Processo nº 117/79-SCDP/SEP,

RESOLVE:

Conceder à firma PAULO PINHEIRO DE ALMEIDA, estabelecida na Quadra 08 - Bloco 02 - Lote 03 - Sobradinho - DF. REGISTRO para funcionar com «BOATE» naquele local, até as 03:00 horas, enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor, inclusive a de não manter divisões, biombos ou meias-portas, com o fim de criar dependências isoladas, salvo as que se prestem a fins decorativos e separação de áreas de serviço, nem comunicação direta com os que existirem em seu exterior

A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1980

Distrito Federal, 18 de abril de 1979

PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA
Secretário de Segurança Pública
(DAR-11.04.79 - Cr$ 125,00)

PORTARIA Nº 190, DE 26 DE ABRIL DE 1979

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 2º, do Decreto nº 2.934, de 30 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta no Processo nº 109/79-SCDP/SEP,

RESOLVE:

Conceder à firma ANTONIO RODRIGUES DA SILVA, estabelecida na Quadra 25 - Lote 20 - Setor Oeste Comercial - Gama DF, REGISTRO para funcionar com «SINUCA MIRIM» naquele local, no horário de 08:00 às 24:00 horas, enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1980

Distrito Federal, 26 de abril de 1979
PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA
Secretário de Segurança Pública
(DAR, de 04.04.79 - Cr$ 125,00)

PORTARIA Nº 192 DE 26 DE ABRIL DE 1979

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.868/75 e o disposto no artigo 2º do Decreto nº 2.266/73,

RESOLVE:

Conceder à firma GUANABARA AUTO POSTO LTDA., proprietária do MOTEL GUANABARA, estabelecida no Park Way, lote 05, Núcleo Bandeirante, REGISTRO para funcionar com hotel no presente exercício, enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

O PRESENTE REGISTRO É VÁLIDO SOMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1979

Distrito Federal, 26 de abril de 1979

PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA
Secretário de Segurança Pública

(DAR-06.03.79-Cr$ 125,00)

PORTARIA Nº 197, DE 26 DE ABRIL DE 1979

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 2º, do Decreto nº 2.934, de 30 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta no Processo nº 120/79-SCDP/SEP,

RESOLVE:

Conceder à firma CHOPARIA PIZZARIA E BOITE CASARÃO LTDA, estabelecida na CNA 03 - Lote 15 - Lojas 01/02 - Taguatinga - DF, REGISTRO para funcionar com «BOATE» naquele local, até as 03:00 horas, enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor, inclusive a de não manter divisões, biombos ou meias-portas, com o fim de criar dependências isoladas, salvo as que se prestem a fins decorativos e separação de áreas de serviço, nem comunicação direta com os que existirem em seu exterior.

A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1980

Distrito Federal, 26 de abril de 1979

PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA
Secretário de Segurança Pública
(DAR, DE 11.04.79 - Cr$ 125,00)

PORTARIA Nº 198, DE 26 DE ABRIL DE 1979

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 2º, do Decreto nº 2.934, de 30 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta no Processo nº 121/79-SCDP/SEP,

RESOLVE:

Conceder à firma BOITE LA PALOMA LTDA, estabelecida na QNE 17 - Lote 17 - Loja 01 - Taguatinga - DF, REGISTRO para funcionar com «BOATE» naquele local, até as 03:00 horas, enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor, inclusive a de não manter divisões, biombos ou meias-portas, com o fim de criar dependências isoladas, salvo as que se prestem a fins decorativos e separação de áreas de serviço, nem comunicação direta com os que existirem em seu exterior.

A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1980

Distrito Federal, 26 de abril de 1979

PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA
Secretária de Segurança Pública
(DAR, de 11.04.79 - Cr$ 125,00)

PORTARIA Nº 199, DE 26 DE ABRIL DE 1979

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 2º, do Decreto nº 2.934, de 30 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta no Processo nº 122/79-SCDP/SEP,

RESOLVE:

Conceder à firma PROTASIO ANTUNES DE PAIVA, estabelecida na CNA 02 - Lote 08 - Loja 01 - Taguatinga - DF, REGISTRO para funcionar com «SINUCA MIRIM» naquele local, no horário de 08:00 às 24:00 horas, enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1980

Distrito Federal, 26 de abril de 1979

PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA
Secretário de Segurança Pública
(DAR, de 11.04.79 - Cr$ 125,00)

PORTARIA Nº 200, DE 26 DE ABRIL DE 1979

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 2º, do Decreto nº 2.934, de 30 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta no Processo nº 124/79-SCDP/SEP,

RESOLVE:

Conceder à firma DARIO ARAUJO DE ALMEIDA, (BAR E SNOOKER MEU CANTINHO), estabelecida na QNE 16 - Lote 20 - Loja 4 Taguatinga - DF, REGISTRO para funcionar com «SINUCA» naquele local, no horário de 08:00 às 24:00 horas, enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATÉ 31 DE MARÇO DE 1980

Distrito Federal, 26 de abril de 1979

PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA
Secretário de Segurança Pública
(DAR, de 10.04.79 - Cr$ 125,00)

PORTARIA DE 30 DE ABRIL DE 1979

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2868/75,

RESOLVE:

Designar, nos termos do artigo 21, letra «a», do Decreto nº 2951/75, LAURINDO DE SOUZA, Agente de Polícia «C», matrícula nº 31.471, para substituir o Chefe de Posto de Identificação, Símbolo FC-8, da Divisão de Identificação do Instituto de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal, Agostinho Rodrigues Gama, matrícula nº 32.251, por motivo de férias regulamentares, no período de 03 de maio a 01 de junho do corrente ano.

Distrito Federal, 30 de abril de 1979

PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 30 DE ABRIL DE 1979

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2868/75,

RESOLVE:

Designar, nos termos do artigo 21, letra «A», do Decreto nº 2951/75, o Doutor EDMUNDO SOUZA, Médico-Legista «B», matrícula nº 30.031, para substituir o Chefe da Seção de Perícias no Morto, Símbolo FC-05, da Divisão de Perícias Médico-Legais do Instituto de Medicina Legal, por motivo de férias regulamentares, no período de 03 de maio a 01 de junho do corrente ano.

Distrito Federal, 30 de abril de 1979

PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA
Secretário de Segurança Pública

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE ABRIL DE 1.979

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Artigo 29, § I, do Decreto nº 4.515 de 28.12.78, e o advento do Decreto nº 4.632 de 23.4.79, que alterou as Cotas Trimestrais de Despesa das Unidades Orçamentárias para o 2º Trimestre do presente exercício,

R E S O L V E :

Autorizar a Divisão Financeira, desta Secretaria a movimentar os valores correspondentes aos grupos de despesa constantes do quadro anexo.

Brasília-DF, 26 de abril de 1.979

HERALD TABB DE MORAES, Bel.
Diretor do DAG/SEP

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
DIVISÃO FINANCEIRA - SEÇÃO DE ORÇAMENTO

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE ABRIL DE 1.979

ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	SITUAÇÃO ANTERIOR	ALTERAÇÃO P/MAIS	ALTERAÇÃO P/MENOS	SITUAÇÃO
SEP - 1.127	EQUIPAMENTO E REEQUIPAMENTO DOS ÓRGÃOS DA SEP				
	- Despesa de Capital	1.000.000	-	-	1.000.000
SEP - 2.058	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEP				
	- Pessoal e Encargos Sociais	64.200.000	4.245.972	-	68.445.972
	- Outras Despesas Correntes	7.500.000	3.797.000	-	11.297.000
SEP - 2.059	ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS				
	- Encargos Sociais	2.000.000	1.000.000	-	3.000.000
DETRAN- 2.813	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DETRAN				
	- Pessoal e Encargos Sociais	11.000.000	-	-	11.000.000
	- Outras Despesas Correntes	1.000.000	-	-	1.000.000
DETRAN- 2.818	MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS				
	- Outras Despesas Correntes	300.000	-	-	300.000
	- Despesa de Capital	1.300.000	-	-	1.300.000
DETRAN- 1.816	CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO				
	- Outras Despesas Correntes	500.000	-	-	500.000
	TOTAL	88.800.000	9.042.972	-	97.842.972

Brasília, 26 de abril de 1.979

LUIZ DE OLIVEIRA
Chefe da Seção de Orçamento

SILVINO FERNANDES DE SOUZA
Diretor da Divisão Financeira

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

GOLDEN SELLER CORRETAGEM E PROMOÇÕES LTDA

RAZÃO SOCIAL: Golden Seller Corretagem e Promoções Ltda.
SEDE: Rua Sete de Setembro, 111 14° andar
FORO: Rio de Janeiro - RJ

ENDEREÇO DA FILIAL: SCLN 201 Bl. A n° 48 Salas 114 a 122
OBJETIVOS: Corretagens sobre empreendimentos e participações, promoção e Intermediação de Negócios, planos de assistência social, promoções e publicidade.

SOCIOS E QUALIFICAÇÃO: GOLDEN CROSS Assistência Internacional de Saúde, estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, CGC-MF 42 104.919/0001-13 é possuidora de 599 (quinhentas e noventa e nove cotas) no valor total de Cr$599.000,00 (quinhentos e noventa e nove mil cruzeiros) e 1 (uma) cota no valor de Cr$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) de propriedade do Dr. Nelson Del Ducca, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, comerciário, CPF 174.859.597-80.

CAPITAL SOCIAL E SUBSCRIÇÃO: Capital Social de Cr$600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) totalmente subscritos e integralizados.

CAPITAL DESTACADO PARA A FILIAL: Cr$ 10.000,00
RESPONSABILIDADE DOS SOCIOS: Limitada ao montante do Capital Social

ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO: Administrada por uma Diretoria composta de um Diretor Presidente e um Diretor Executivo.

TEMPO DE DURAÇÃO: Indeterminado

Brasília-DF 26 de abril de 1979
Golden Seller Corretagem e Promoções Ltda.

(DAR-02.05.79 - Cr$ 462,50

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO
EDITAL Nº 25/79-CL-SEA

TOMADA DE PREÇOS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO PELO REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE IMPERMEABILIZAÇÃO DAS LAJES DE COBERTURA DO AUDITORIO E GARAGEM DO PALACIO DO BURITI:

REVOGAÇÃO

Informamos aos interessados que foi revogado o Edital de Tomada de Preços em epígrafe, cuja data para recebimento de propostas estava marcada para o dia 03 de maio do corrente ano, às 09:00 (nove) horas.

Brasília, 30 de abril de 1979

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

IPTU E ISS

Regulamentos baixados pelos Decretos n° s 3.521 e 3.522,
de 28 de dezembro de 1976.
Publicados no suplemento do
DIARIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL
de 30.12.76.
ormato pequeno de fácil manuseio.

À VENDA

No andar térreo do Anexo do Buriti
Seção de Distribuição do DODF
Preço - Cr$ 20,00.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DO GOVERNO

COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
T.P. Nº 14/79-RA-II

TOMADA DE PREÇO Nº 14/79-RA-II.

TOMADA DE PREÇO PARA EXECUÇÃO PELO REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITARIO PARA CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS E ASSENTAMENTO DE MEIOS-FIOS NA CIDADE SATELITE DO GAMA.

Tornamos público que às 14:30 horas do dia 21 de maio de 1979, no Auditório da Administração Regional do Gama serão recebidas e abertas propostas para construção de passeios e assentamento de meios-fios na Cidade Satélite do Gama-DF.

O Edital e Anexos encontram-se à disposição dos interessados na Copiadora RNA - STUTAPE - Localizada no Edifício Antonio Venâncio da Silva - Loja 13 - Térreo - S.C.S.

Gama-DF, 27 de abril de 1979

Arquiteto ALBERTO FARAH

Presidente da Comissão de Licitação

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO

EDITAL Nº 27/79-CL-SEA

TOMADA DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO EDIFICIO-SEDE DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (PALACIO DO BURITI), CLASSE-9734 (ANTIGO GS-40).

Data: 15.05.79 - Horário: 09:00 horas

O Presidente da Comissão de Licitação da Secretaria de Administração do Distrito Federal, faz público, para conhecimento dos interessados, que na data e horário acima indicados, na sala de reuniões situada no IAS, Trecho 4, Lotes 1700/1760, nesta Capital, reunir-se-á a referida Comissão a fim de receber documentação e proposta de interessados na prestação dos serviços objeto do Edital Epigrafado.

Cópia do Edital poderá ser obtida no Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, no endereço acima mencionado, no horário de 14:00 às 18:00 horas.

Brasília, 30 de abril de 1979

FRANCISCO DE FREITAS

Presidente da Comissão de Licitação

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL Nº 038/79-IDR

CONVOCAÇÃO

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS-IDR convoca o concursado, abaixo relacionado para comparecer à sede do Instituto, no Setor de Garagens Oficiais - Area Especial nº 01, no período de 02 a 08.05.79, das 8 h 30 min às 11 h 30 min, para tratar de assuntos de seu interesse.

MOTORISTA

Nº DE ORDEM	NOME
01	Francisco Olival Freitas Freire

A falta de atendimento à presente convocação no prazo acima determinado será considerada como desistência à vaga a que fez jus através do concurso específico, eximindo o IDR de qualquer obrigação junto ao candidato.

Brasília, 02 de abril de 1979

WANDA DE MELLO LOBO ROCHA
Superintendente

TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S.A.
TELEBRASÍLIA
EMPRESA DO SISTEMA TELEBRÁS
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO
DEMEC/RCA-220-76/331
C.G.C. nº 00058578/0001-07
CAPITAL AUTORIZADO: Cr$ 5.000.000.000,00
CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO:
Cr$ 2.180.472.000,00

AVISO AOS ACIONISTAS

A Telecomunicações de Brasília S.A. – TELEBRASÍLIA, comunica aos Senhores Acionistas que aos 10/4/79, conforme deliberado pelas Assembléias Geral Ordinária e Extraordinária, aumentou o Capital Autorizado da Empresa de: Cr$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros) para Cr$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros) e o capital subscrito e integralizado de Cr$ 1.181.089.000,00 (hum bilhão, cento e oitenta e um milhões e oitenta e nove mil cruzeiros) para Cr$ 2.180.472.000,00 (dois bilhões, cento e oitenta milhões e quatrocentos e setenta e dois mil cruzeiros), através da capitalização do resultado da correção monetária do Capital Realizado e aproveitamento das Reservas Livres mediante a alteração do valor nominal das ações de: Cr$ 1,30 (hum cruzeiro e trinta centavos) para Cr$ 2,40 (dois cruzeiros e quarenta centavos). Assim sendo, para efeitos de negociação no mercado bursátil, o valor nominal básico das ações de sua emissão a ser considerado, será Cr$ 2,40 (dois cruzeiros e quarenta centavos).

Brasília, 12 de abril de 1979

DANTON EIFLER NOGUEIRA
Presidente do
Conselho de Administracão

(DAR, de 07.05.79 - 450,00)

TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S.A.
TELEBRASÍLIA
EMPRESA DO SISTEMA TELEBRÁS
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO
DEMEC/RCA-220-76/331
C.G.C. nº 00058578/0001-07
CAPITAL AUTORIZADO: Cr$ 5.000.000.000,00
CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO:
Cr$ 2.180.472.000,00

AVISO AOS ACIONISTAS

A Telecomunicações de Brasília S.A. – TELEBRASÍLIA comunica aos Senhores Acionistas que, após manifestação do Conselho Fiscal, procedeu a incorporação de créditos e outros valores ao Capital Social, alterando-o de Cr$ 2.180.472.000,00 (dois bilhões, cento e oitenta milhões, quatrocentos e setenta e dois mil cruzeiros), para Cr$ 2.313.435.000,00 (dois bilhões, trezentos e treze milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil cruzeiros).

Comunica ainda que naquela oportunidade incorporou créditos do Acionista Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRÁS, no valor de Cr$ 28.382.978,40 (vinte e oito milhões, trezentos e oitenta e dois mil, novecentos e setenta e oito cruzeiros e quarenta centavos).

Em conseqüência, fica aberto, de acordo com o artigo 12 dos Estatutos, e na mesma proporção, o direito de preferência aos demais Acionistas, que poderão exercê-lo até o dia 16/05/79.

Brasília, 12 de abril de 1979.

DANTON EIFLER NOGUEIRA
Presidente do
Conselho de Administração

(DAR, de 07.05.79 - 475,00)